

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO
DISCURSO JORNALÍSTICO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

BÁRBARA MARRANQUIEL HENRIQUES

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Bárbara Marranquiel Henriques

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO DISCURSO
JORNALÍSTICO**

elaborada por
Bárbara Marranquiel Henriques

Como requisito para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira
(Presidente/Orientador)

Prof^a. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araújo (UFSM)

Prof. Dr. Reginaldo Perez (UFSM)

Santa Maria, 28 de abril de 2015.

*Não me corte em fatias,
ninguém consegue abraçar um pedaço.
Me envolve todo em seus braços,
e eu serei o perfeito amor.*

Mário Quintana

AGRADECIMENTOS

Felizmente, construir o aprendizado para a realização desta monografia não é uma tarefa solitária. Ao longo dos dois anos de especialização, contei com o apoio de muitas pessoas que me ajudaram a percorrer o caminho para a realização dessa etapa. Desculpo-me, de antemão, caso cometa a injustiça de esquecer o nome de alguém.

Começo ressaltando a importância, para mim, em realizar uma especialização na área da educação ambiental, pois acredito que esse tema deve ser amplamente discutido, divulgado e aprofundado em todos os níveis.

Primeiramente, agradeço a Deus e a São Francisco por terem me enviado forças para acreditar em mim em momentos que achei que não conseguiria.

Agradeço à minha família e, em especial, aos meus pais, pelo amor incondicional que me dedicam diariamente.

Agradeço, também, à minha irmã e ao meu cunhado, por tantos debates inteligentes que sempre me fazem ter vontade de seguir em frente com os meus estudos.

Ao Lucas, meu afilhado, pela pureza que me faz ter fé em um mundo melhor.

À Rosinha, sempre, por ser minha segunda mãe.

Ao meu namorado, Rafael, por tudo que, juntos, estamos construindo.

À Silvia e ao Tio Moacir, meus incentivadores de plantão.

À Salga e à Guria, minhas paixões de quatro patas.

Agradeço aos meus amigos e amigas de todas as horas e aos meus colegas, com quem tive a honra de conviver ao longo da especialização: um especial “muito obrigada” aos meus colegas que viraram amigos: Alê, Pri e Léo.

Ao meu orientador, professor Holgonsi Soares, pelas aulas ministradas, que me fizeram conhecer e me apaixonar pela questão da interdisciplinaridade. Pela paciência e pelas horas disponibilizadas para ler, reler e sempre sugerir pontos que enriqueceram este trabalho. Nossa caminhada não termina aqui. Tens aqui uma aluna e uma amiga.

À Universidade Federal de Santa Maria, motivo de orgulho para todos dessa cidade.

*“Responsabilidade de quê?
Responsabilidade de ter olhos quando os outros perderam.”
(José Saramago)*

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

JORNALISMO E MEIO AMBIENTE – UMA ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE O GLOBO ECOLOGIA

AUTORA: BÁRBARA MARRANQUIEL HENRIQUES
ORIENTADOR: HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA
Data e local de defesa: Santa Maria, 28 de abril de 2015.

No contexto atual, em que os problemas ambientais afetam cada vez mais o nosso cotidiano, faz-se importante a inserção nos programas televisivos do debate acerca do meio ambiente, construindo-se, assim, uma arena do discurso público para informação, conhecimento e conscientização da sociedade sobre essa problemática. Sendo assim, este trabalho tem como tema central o discurso jornalístico ambiental e suas implicações na sociedade, e, busca investigar se o discurso utilizado nas matérias jornalísticas ambientais é construído sob uma visão interdisciplinar do meio ambiente. Tem-se, como objetivos, a análise da relação entre o discurso jornalístico e a interdisciplinaridade nas questões ambientais, bem como suas implicações políticas. A fim de identificar dispositivos que contribuam na criação ou legitimação do sentido da visão interdisciplinar de meio ambiente, utilizei a metodologia da análise do discurso crítica e francesa, ao analisar as matérias mais vistas durante o mês de maio de 2014, do programa Globo Ecologia, veiculado pela Rede Globo de Televisão em canal aberto. Esse estudo permitiu evidenciar parte do processo de construção da imagem de termos relacionados à ecologia, como: sustentabilidade, florestas e economia verde, por exemplo. A partir das lacunas existentes no discurso do programa Globo Ecologia, concluí que o jornalismo ambiental não aborda a complexidade do meio ambiente sob uma ótica interdisciplinar, o que tem implicações políticas para o exercício de uma cidadania ativa e efetivamente crítica no que tange às problemáticas ambientais contemporâneas.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental, Discurso Ambiental, Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

Specialization Monograph
Post Graduation Program in Environmental Education
Federal University of Santa Maria (UFSM)

JOURNALISM AND ENVIRONMENT – A DISCOURSE ANALYSIS OF GLOBO ECOLOGIA

AUTHOR: BÁRBARA MARRANQUIEL HENRIQUES

ACADEMIC ADVISOR: HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA

Date and place of defense: Santa Maria, April 28th, 2015

In the current context, where environmental issues increasingly affect our daily lives, the inclusion of the debate about the environment in television programs becomes important, since it creates an arena of public discourse for the information, knowledge and awareness of society on this issue. Thus, this work is focused on the environmental journalistic discourse and its implications for society, and it investigates if the speech used in environmental news stories is built on an interdisciplinary view of the environment. The objectives are to analyze the relation between the journalistic discourse and interdisciplinarity in environmental issues and their political implications. In order to identify devices that help in the creation or legitimization in terms of an interdisciplinary view of the environment, the critical speech analysis and the French speech analysis were used. The news stories analyzed were the most viewed during the month of May 2014 during the Globo Ecology program, which is aired by the open channel Globo Television Network. This study has highlighted part of the building process of the images of ecology-related terms, such as sustainability, forests and green economy. From the flaws in the program Globo Ecology speech, I have concluded that the environmental journalism does not address the complexity of the environment in an interdisciplinary perspective, which has political implications in terms of exercising an active and effectively critical citizenship when it comes to the contemporary environmental issues.

Key words: Environmental Journalism, Environmental Discourse, Interdisciplinarity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 MEIO AMBIENTE: CONCEITOS E RELAÇÕES COM A REALIDADE.....	12
2 NO AR: O MEIO AMBIENTE!.....	22
2.1 O Discurso do Globo Ecologia.....	25
2.1.2 Categorias para análise das matérias.....	30
2.1.3 Análise das matérias.....	32
2.2 Resultado da Análise do <i>Corpus</i>.....	47
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO JORNALISMO: SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO.....	51
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresentará um estudo sobre a relação da mídia e da sociedade com o meio ambiente. Para tal, escolhi, como objeto de pesquisa, as matérias reproduzidas no programa Globo Ecologia, durante o mês de maio de 2014, com base na teoria da análise do discurso crítica.

Atualmente, o crescimento urbano faz com que a convivência com as questões ambientais seja imprescindível para a manutenção da qualidade de vida da população. Água, lixo, mobilidade urbana, poluição tornaram-se assuntos recorrentes no dia a dia do cidadão, e a eficácia do jornalismo em relação à educação ambiental dos sujeitos passa a ser tema de estudo, pois pode implicar mudanças ou reforço de hábitos diários.

A imprensa passa a ser vista como agente de socialização, adquirindo uma função educativa no momento em que, assim como família, escola e sociedade, também referencia valores, padrões e comportamentos.

A escolha deste tema surgiu a partir da percepção pessoal de que há uma tendência mundial em pautar temas ambientais nos veículos de comunicação. Então, a partir da existência de pesquisas que relacionam a televisão como principal meio de informação da sociedade brasileira, considerei importante avaliar a maneira como o discurso, em relação ao meio ambiente, está sendo transmitido pela mídia.

À partir dessa constatação, levantei parte do histórico da prática do Jornalismo Ambiental, visando a conhecer o princípio para entender o caminho para o qual estamos sendo levados na atualidade e ainda co-relacionei a importância de se pautar temas relacionados ao meio ambiente que situem a sociedade como pertencedora de um todo.

Tomei, como referência, autores que vivenciam o Jornalismo Ambiental, como o jornalista André Trigueiro e uma das fundadoras do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, Ilza Girardi, a fim de aprofundar meus conhecimentos acerca do processo de reflexão que estes autores estão submetendo às mídias atuais.

Assumi, como base de estudo, o mês de maio, pois acreditei que, pelo princípio do agendamento, que propõe que os veículos de comunicação podem

pautar-se pelo calendário – entre outras possibilidades -, seria um mês de bastante pauta para uma cobertura ambiental ampla.

No calendário desse mês, datas importantes para o meio ambiente caíram no sábado, dia em que o programa é veiculado, como o Dia Internacional do Sol, o Dia Mundial do Solo, Dia do Pau-Brasil, Dia do Campo, Dia do Sertanejo, além dos restantes dos dias em que caíram o do Marechal Rondon, Dia do Zootecnista, Dia do Gari, Dia do Apicultor, Dia Internacional da Biodiversidade, Dia do Trabalhador Rural, Dia Nacional da Mata Atlântica, Dia do Geógrafo, Dia Mundial da Energia e Dia do Geólogo.

Fundamentei teórico e metodologicamente esta pesquisa em autores como Norman Fairclough, Eni Orlandi e Patrick Charaudeau, que analisam o discurso como prática social sem desconsiderar o todo que envolve a vida dos cidadãos. Também embasei-a em autores como Enrique Leff, John Hannigahn, Anthony Giddens, Ignacy Sachs, que demonstram a crise ambiental que estamos vivendo e quais os caminhos a percorrer para a mitigação dos problemas relacionados ao meio ambiente.

De acordo com os métodos e técnicas de pesquisa em comunicação de Jorge Duarte, desenvolvi esse estudo com as matérias transmitidas aos sábados e mais vistas no site do programa Globo Ecologia que foram disponibilizadas na íntegra, pois entendi que o programa veiculado, aos sábados às 6 da manhã, não possui uma audiência abrangente.

Com ênfase na questão da interdisciplinaridade, busquei responder ao problema dessa pesquisa, que verificou se o discurso utilizado nas matérias jornalísticas compreendem a visão interdisciplinar do meio ambiente.

Ainda, avaliei qual o tipo de discurso utilizado pela imprensa, ao tratar sobre a temática ambiental, para compreender, através da análise de discurso francesa, que tipo de informação o telespectador está recebendo em suas casas.

Após, verifiquei se o discurso utilizado pelo programa Globo Ecologia tem relação com a questão da interdisciplinaridade nos temas ambientais.

E, finalmente, considerei importante relacionar as possíveis implicações políticas do discurso ambiental, no que tange às escolhas ou reafirmações de hábitos do dia a dia.

A partir da urgência de fatores transformadores da consciência da sociedade em relação ao Meio Ambiente, comprovo a importância desta pesquisa, pois, uma

vez que acredito em que a mídia é um dos responsáveis pela formação da opinião da sociedade, se faz importante avaliar o tipo de discurso utilizado, a fim de perceber se a forma de apresentação da temática ambiental nas matérias jornalísticas, é eficaz como parte do processo de educação ambiental.

1 MEIO AMBIENTE: CONCEITOS E RELAÇÕES COM A REALIDADE

A economia mundial cresceu quatro vezes, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), beneficiando centenas de milhares de pessoas. Contudo, não é novidade que os recursos naturais não-renováveis, existentes em nosso planeta, estão se tornando escassos, “de fato, isso se deve ao crescimento econômico das décadas recentes que foi alcançado principalmente através da drenagem dos recursos naturais, não se permitindo a regeneração das reservas, e através da degradação e perda do ecossistema em geral.” (PNUMA, 2011, p. 3)

Durante anos, o homem se posicionou como dominador da natureza, usufruindo do meio ambiente para impulsionar seu “progresso econômico” e, por esse motivo, o meio ambiente, visto como objeto, foi dissociado da visão interdisciplinar de universo, fato que gera, até os dias de hoje, confusão no que se refere ao próprio conceito de meio ambiente, por exemplo.

Desse modo, considero importante, definir aqui, um conceito para meio ambiente, para, nos capítulos seguintes, utilizar essa definição para encontrar, no discurso do programa Globo Ecologia, ideias que remetam à questão da complexidade do meio ambiente.

Tomei, como ponto de partida, a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) 306:2002, que diz: “Meio Ambiente é o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Sob esse ponto de vista, poderia concluir que meio ambiente é tudo aquilo que existe, contudo, ao considerá-lo como “tudo”, estou simplificando uma questão complexa e então recorri ao jornalista André Trigueiro, que, mesmo analisando a dificuldade que até mesmo pessoas ligadas ao assunto sentem em definir tal tema, articula sobre a origem da expressão “meio ambiente”, que reúne dois substantivos redundantes: meio (do latim *médium*) significa tudo aquilo que nos cerca, um espaço onde nós também estamos inseridos; e ambiente, palavra composta de dois vocábulos latinos: a preposição *amb(o)* (ao redor, à volta) e o verbo *ire* (ir). (TRIGUEIRO, 2003).

Também, busquei, na resolução do Conama citada acima, que meio ambiente é um conjunto de fatores, no qual o sujeito interage, influencia e é influenciado pelos mesmos, e, então, não é só o que se tem de belo, trágico ou idealizado.

Parti do princípio de que, desde que o mundo foi explicado pelo método cartesiano, no qual Descartes procurou estabelecer uma racionalidade, em que tudo que parece ser complexo deve ser fragmentado, delimitado, até ser simplificado para ser compreendido, houve uma transformação na maneira de pensar.

A esse respeito, Edgar Morin indica que a necessidade de se fracionar, de colocar ordem nos fenômenos, ignorando a desordem, o caos, as incertezas, pode ajudar a objetivar, clarear e distinguir os estudos, porém, do ponto de vista da complexidade, pode gerar cegueira, ao ignorar algum lado.

Para Leff, “as formações teóricas e ideológicas, bem como as práticas do ambientalismo, emergem como um sentido prospectivo, reorientando valores, instrumentalizando normas e estabelecendo políticas para construir uma nova racionalidade social” (2010, p. 112).

O sistema de valores adotados até aqui não foi suficiente para mitigar os problemas ambientais; o homem prioriza o individual e, se trouxer os problemas ambientais para essa discussão, tratar-se-á de mudanças de hábitos, que, anteriormente, se consolidaram em cima da abundância de recursos naturais e que, hoje, se demonstram insustentáveis:

Somos escravos de uma visão reducionista, que muitas vezes relega à natureza a função de apenas nos suprir de alimentos, energia, matéria-prima e belas paisagens. Dilapidamos o patrimônio natural sem a percepção de que somos parte do planeta, de que o meio ambiente começa no meio da gente, a partir da nossa constituição física, em que a água, o ar, o solo e a luz solar são elementos fundamentais à manutenção da vida. Essa falsa dualidade – eu e o meio ambiente – denunciada pelos místicos na Antiguidade, é confirmada pela física moderna, quando o universo é entendido como um complexo sistema de redes interdependentes, que interagem ininterruptamente (NOGUEIRA, 2005, p. 265).

É preciso que se desenvolva uma racionalidade ambiental que compreenda todas as partes da rede de que o meio ambiente é composto. Leff propõe:

A construção de uma racionalidade ambiental demanda a transformação dos paradigmas científicos tradicionais e a produção de novos conhecimentos, o diálogo, a hibridação e integração de saberes, bem como a colaboração de diferentes especialidades, propondo a organização

interdisciplinar do conhecimento para o desenvolvimento sustentável (LEFF, 2010, p. 162).

A fragmentação das ciências interfere na compreensão da complexidade do meio ambiente que hoje é analisado de forma compartimentalizada, os avanços científicos, mesmo que importantes, têm dificuldade em expandir suas experiências, atravessando as questões metodológicas e científicas para cruzarem pelas questões ecológicas, políticas, sociais e culturais.

É necessário que os saberes dialoguem entre si, para que os avanços sejam efetivamente colocados em prática, na busca do desenvolvimento sustentável. Para isso, Leff analisa que:

A “retotalização do saber” exigido pela problemática ambiental, não é a soma dos conhecimentos disciplinares envolvidos. A inter e a transdisciplinaridade que demanda o saber ambiental não é a busca de um paradigma globalizante do conhecimento, a organização sistêmica do saber, e a uniformização conceitual por meio de uma metalinguagem interdisciplinar. Além do propósito de gerar um paradigma onicompreensivo, de ecologizar o saber ou de formular uma metodologia geral para o desenvolvimento do conhecimento, o saber ambiental problematiza o conhecimento, mas sem desconhecer a especificidade das diferentes ciências historicamente construídas, ideologicamente legitimadas e socialmente institucionalizadas (LEFF, 2010, p. 163).

A crise ambiental vem sendo abordada nos mais diferentes campos de conhecimento, estudada em todas as áreas, desde a Sociologia, Filosofia, Comunicação Social, como também nas consideradas ciências exatas, em constante processo de formação e reformação de conceitos.

Mais uma vez, citando o relatório do Pnuma, “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a erradicação da pobreza:

Várias crises simultâneas iniciaram-se ou aceleraram-se durante a última década: crises climáticas, de biodiversidade, combustível, alimentos, água, e mais recentemente no sistema financeiro e econômico como um todo. A aceleração de emissões de gases de efeito estufa indica uma ameaça crescente de mudanças climáticas descontroladas, com consequências potencialmente desastrosas para a humanidade. O choque com o preço dos combustíveis em 2008, e aumento relacionado nos preços dos alimentos e mercadorias, ambos indicam fraquezas estruturais e riscos que continuam mal resolvidos (PNUMA, 2011, p. 1).

Considerando as perspectivas diferentes de cada área específica de ensino, o que pode ser visto como um consenso entre os pesquisadores é que a forma como o ser humano está se relacionando com o mundo vem se mostrando equivocada. De acordo com Leff, trata-se de uma crise de compreensão do mundo e do que se está fazendo com o conhecimento adquirido, o qual:

Demorou muito tempo para se refletir em processos visíveis, crescentes e globais de degradação ecológica e ambiental, como os que emergem nestes últimos 40 anos: poluição do ar, da água, do subsolo; destruição ecológica e emissões crescentes de gases de efeito estufa que hoje se manifestam de forma conjugada no aquecimento global (LEFF, 2010, p. 174).

Seguindo a abordagem do autor, a crise seria sentida mais rapidamente, caso os campos de estudo fossem interligados e não seguissem o método fragmentado de pesquisa. Hoje, o homem vive o descompasso do desenvolvimento econômico em prol da qualidade de vida, cujas populações mais vulneráveis pagam o preço de tal crescimento.

Essa crise está sendo construída há tempos e, além de tratar do evidente impacto em relação ao meio ambiente, refere-se à maneira de reflexão sobre o mundo, que, desde o método de Descartes, busca racionalizar e fragmentar o cotidiano. Ouriques indica que:

Como sabemos, na mentalidade positivista ainda dominante de desenvolvimento, que é uma decisão patriarcal, linear e de graves consequências psíquicas, culturais, econômicas, políticas e sociais, tendem a desaparecer todos os saberes que não sejam referentes a ela mesma, e, de base, todos os saberes não dualistas, não-binários, na medida em que o Ocidente é, nas palavras de Marcio Tavares D’Amaral, uma máquina de fazer dois. De fragmentar, de des-envolver, ou seja, de eliminar envolvimento com o outro, com a alteridade (2010, p. 178).

Ou seja, por um lado, antropólogos, filósofos, cientistas conseguiram explicar o mundo dentro de suas perspectivas, mas, por outro, a evolução do mundo, enquanto ser “racionalizado”, proporcionou o surgimento de contradições nas próprias ciências, naturalização de fatos, “coisificação” da sociedade, rupturas de valores e até de conhecimentos (antes totalitários), passaram a ser questionados (LATOURETTE, 2013).

André Trigueiro atenta para os perigos dessa banalização do ter em detrimento do ser, ao afirmar que:

Em resumo: quem tem dinheiro, banca o “sonho”; quem não tem, lida com o fracasso, com a frustração e com a angústia de viver numa sociedade de consumo que privilegia não o que se é, mas o que se tem. Para piorar a situação, mesmo quem tem cacife para bancar o “sonho” muitas vezes mergulha no pesadelo de não conseguir preencher o vazio existencial que continua incomodando mesmo quando o dinheiro não é problema (TRIGUEIRO, 2010, p. 25).

Aqui no Brasil, em 2011, no sentido de migrar cada vez mais para uma economia “verde”, foi criado um grupo de líderes empresariais juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, a fim de que o governo consiga dialogar com o setor produtivo, ampliando, assim, a capacidade de interlocução com a sociedade.

A questão principal a ser abordada, sob esse prisma, é que muitas vezes o consumidor não enxerga o todo que envolve suas escolhas no ato do consumo, a ideia dos 3 R's (reutilizar, reduzir e reciclar) parece englobar todo o sistema que envolve um simples ato, porém, não tão simples se considerar que já se esgotou a cota que o meio ambiente tem em absorver estas escolhas (TRIGUEIRO, 2010).

Ainda hoje, o ser humano repete ações que vêm de seus antepassados, mesmo que estejam comprovadamente equivocadas nos dias atuais, como, por exemplo, a queima de combustível fóssil. Anthony Giddens (2010) refere que mesmo com a modernidade em que estamos vivendo, as três fontes de energia (petróleo, gás natural e carvão) seguem as mesmas e que é imprescindível mudar a relação de dependência para mitigar os problemas ambientais.

Problemas sociais e ambientais se acumulam na maior parte das cidades, e a desigualdade social, somada à falta de oportunidades de emprego e melhores condições de vida, aumenta cada vez mais os níveis de pobreza e violência nos centros urbanos. Sachs aponta que, “por mais prementes que sejam, as preocupações ecológicas não devem ser aceitas como justificativa para adiar a resolução de imperativos sociais urgentes. A economia verde só faz sentido se for uma economia voltada para o bem-estar da sociedade em geral” (SACHS, 2012, p.9).

Sob essa perspectiva, o conceito de visão interdisciplinar da realidade, em que o material e o social estão intimamente integrados, deve ser incorporado na sociedade em todos os âmbitos a fim de fundamentar a mudança globalizada da percepção ambiental, na qual Giddens (2010) refere que não se precisa elaborar uma nova sociedade que viva de acordo com a natureza, mas sim uma política de

adaptação que reorienta a estrutura a fim de evoluir e coexistir respeitando a sustentabilidade do ambiente, tanto da flora quanto da fauna.

Os problemas de poluição e esgotamento dos recursos naturais devem ser compreendidos dentro de uma visão interdisciplinar, na qual estão inseridos problemas que vêm de tempos anteriores, como a ocupação da natureza pelo homem, utilização dos recursos do planeta, a atuação e concentração da raça humana no mundo, industrialização e evolução das tecnologias e as medidas que estão sendo tomadas para mitigar problemas causados pela própria ação da “evolução” do homem na Terra. Para Giddens “como coletividade humana, estamos apenas começando a dar os passos necessários para responder às ameaças enfrentadas por nós e pelas sucessivas gerações que virão.” (GIDDENS, 2010, p. 20).

Através dessa perspectiva, demanda-se que o cidadão tenha consciência de que seus atos impactam locais distantes fisicamente, podendo implicar em danos para todo o planeta, ou seja, não se é globalizado apenas porque a economia está intimamente ligada entre todos os países, mas também porque se vive em um mesmo meio ambiente.

Desse modo, o que estou querendo destacar aqui é que, igualmente à defasagem da visão de mundo tradicional, a perspectiva de desenvolvimento sustentável, na qual o social, o ambiental e o econômico caminham em sincronia, também tem se demonstrado inviável.

Essa premissa encontra ressonância na análise de Sachs (2002), o qual infere que o desenvolvimento não consegue ser sustentável com as atuais exigências de lucro e crescimento do mercado, pois se se agregar o desafio da ecoeficiência na economia, o mesmo irá exigir regulamentações e intervenções que são incompatíveis com o crescimento econômico.

Assim, minha compreensão sobre o modo de pensar o mundo moderno coordena-se com Sachs (2002), ou seja, é preciso uma união entre a economia e a ecologia, pois as áreas objetivas avaliam o que é necessário para um mundo sustentável, enquanto cabe às Ciências Sociais as táticas de transição em direção a esse caminho.

Latour (1994) também abordou a crise do pensamento objetivo no meio ambiente que colocou, durante muitos anos, o humano e a natureza em lados opostos, ou seja, ao mesmo tempo em que o homem dominava e interferia no meio

ambiente, o mesmo acreditava que o ambiente continuava conservado, transcendental, inesgotável e longínquo.

Nessa abordagem, Latour (1994) apresenta as questões a respeito da dicotomia existente na explicação de fenômenos que são naturais, mas que, ao mesmo tempo, são resultados da interferência do homem, como o buraco na camada de ozônio, o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Ao referir sobre a questão do pensamento moderno, Latour argumenta que essa perspectiva poderia absorver algumas exceções, “mas torna-se impotente quando as exceções proliferam, quando o terceiro estado das coisas e o terceiro mundo se misturam para invadir em massa todas as suas assembleias”, ou seja, não existe mais o mundo social e o mundo natural, mas sim um terceiro mundo que prevê a conexão de todas as áreas (1994, p. 54).

Em um relatório divulgado no dia 27 de junho de 2006, a ONU previu que, em 2008, mais da metade da população mundial estaria vivendo em cidades. E, ainda, que as cidades escolhidas seriam as com menos de 1 milhão de habitantes, esse fato que mostra, além de um aumento populacional, uma diminuição nas áreas verdes do Planeta.

No Brasil, existem mais de três mil municípios e 108 milhões de habitantes morando em locais na área da Mata Atlântica, por exemplo.

Um laudo, apresentado pelo Instituto SOS Mata Atlântica e pelo Inpe, mostra uma realidade global, que atualmente esse ecossistema é um dos mais devastados do planeta, restando, em média, apenas 8,5% de seus remanescentes florestais, agora, o que deve ser feita é a conscientização para que se possa conviver em harmonia com o que restou desse bioma.

Em um mundo dinâmico e em constante transformação, a escola e seu modo de ensinar continuam sendo um espaço para reflexão e formação do pensamento crítico, o jornalista e professor da PUC-RJ, André Trigueiro, defende que a visão interdisciplinar e inter-relacionada do mundo, na qual o cidadão entende que o modo de vida utilizado até os dias de hoje é insustentável, é uma questão de sobrevivência:

É preciso comunicar esse saber, traduzi-lo sem o peso do jargão ecológico científico, torna-lo inteligível ao maior número possível de pessoas, a fim de que uma nova cultura se manifeste na direção da sustentabilidade (TRIGUEIRO, 2005, p. 263).

De acordo com diversos estudos realizados, a percepção da responsabilidade em relação à diminuição dos danos ambientais causados pelo homem tem se revelado presente e aponta que as pessoas estão dispostas a fazer algumas mudanças em suas rotinas diárias em prol do meio ambiente, no entanto, não apoiam políticas que interfiram significativamente no conforto de seus dias.

Esses estudos sugerem a tendência no modo de enxergar tais temas complexos, uma vez que o sujeito tende a dividir sua maneira de se relacionar com o meio ambiente de acordo com suas conveniências. Leff infere:

A problemática ambiental gerou mudanças globais em sistemas socioambientais complexos que afetam as condições de sustentabilidade do planeta, propondo a necessidade de internalizar as bases ecológicas e os princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos naturais (LEFF, 2010, p. 61).

Ainda, Leff aponta que a implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável deve ser fundamentada com as diferentes áreas do saber e com uma “concepção integrada dos processos históricos, econômicos, sociais e políticos que geraram a problemática ambiental” (2010, p. 62).

A interdisciplinaridade pretende mostrar que não se trata apenas de uma junção de todas as áreas do conhecimento, mas o reconhecimento das especificidades das diferentes áreas. A questão ambiental encontra suas especificidades nas diferentes áreas geográficas, sociais e políticas que o mundo oferece. Leff explica que:

A questão ambiental gera assim um processo de fertilizações transdisciplinares através de transposição de conceitos e métodos entre diferentes campos do conhecimento. Nesse processo vai-se definindo o “ambiental” de cada ciência centrada em seu objeto de conhecimento, que leva a sua transformação para internalizar o saber ambiental que emerge em seu entorno. São esses corpos transformados de conhecimento que se estendem para uma articulação interdisciplinar do saber ambiental (LEFF, 2010, p.162).

Hoje, os esforços relacionados à mitigação dos problemas ambientais esbarraram em um fator humano, no qual os indivíduos não reconhecem que seus costumes em relação ao meio ambiente podem ser prejudiciais.

A conscientização ambiental vai muito além de estudos e está associada a hábitos realizados no dia a dia que envolvem basicamente o consumismo da era moderna, como, por exemplo o uso dos combustíveis fósseis, o consumo de

eletricidade e a preservação da fauna e da flora, Trigueiro refere que “nossa sociedade é chamada de ‘sociedade de consumo’ porque consumir se tornou uma atividade cotidiana que foi além da ideia inicial de satisfazer necessidades para se tornar até uma doença” (2010, p. 40).

A pergunta principal que permeia a instância do modelo econômico que enfatiza o consumo em oposição ao modelo ambiental que preza pela consciência é: qual o limite entre a necessidade e o consumismo?

A resposta de Gandhi foi “necessidades, não ganância”, mas não devemos nos ater demais ao seu postulado de simplicidade voluntária. A exacerbação do consumo material não é, de modo algum, indicador de felicidade. Por outro lado, precisamos ser capazes de fornecer uma renda razoável e garantir padrões de vida material decentes a cada um dos nove a dez bilhões de seres humanos que estarão navegando na espaçonave Terra na segunda metade deste século. Temos de estar cientes de que nosso objetivo primordial é uma ‘civilização do ser no compartilhamento equitativo do ter’, nas palavras de Louis Lebreton (SACHS, 2012, p.11).

Apesar disso, esse mesmo “consumo” citado pelo autor é visto como um ato de cidadania, que pode contribuir para os problemas da humanidade, tais como o da água, da energia, do lixo e da atuação de empresas. “É a grande rede de consumidores conscientes, por meio de seus atos de cidadania individual, que vai permitir no futuro um mundo melhor” (TRIGUEIRO, 2010, p. 32).

Leff, ainda, indica que a questão ambiental tem caráter predominantemente social, pois a mesma foi gerada e ainda tem diversos processos sociais que a permeiam, o autor ainda vai mais longe ao afirmar que:

A resolução dos problemas ambientais, assim como a possibilidade de incorporar condições ecológicas e bases de sustentabilidade aos processos econômicos – de internalizar as externalidades ambientais na racionalidade econômica e os mecanismos do mercado – e para construir uma racionalidade ambiental e um estilo alternativo de desenvolvimento, implica a ativação e objetivação de um conjunto de processos sociais: a incorporação dos valores do ambiente na ética individual, nos direitos humanos e na norma jurídica dos atores econômicos e sociais; a socialização do acesso e apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder político; as reformas do Estado que lhe permitam mediar a resolução de conflitos de interesses em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos e que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais; o estabelecimento de uma legislação ambiental eficaz que normatiza os agentes econômicos; o governo e sociedade civil; as transformações institucionais que permitam uma administração transetorial do desenvolvimento; e a reorientação interdisciplinar do desenvolvimento do conhecimento e da formação profissional (LEFF, 2010, p. 112).

No entanto, mesmo que as pessoas demonstrem um certo tipo de conhecimento e coloquem esses assuntos em suas pautas diárias, ainda se esbarra na falta de ações práticas para mitigar os problemas ambientais. E, neste contexto, uma união de forças entre a educação formal e não formal contribuiria para sensibilizar as pessoas sobre a urgência de mudança em suas rotinas.

2 NO AR: O MEIO AMBIENTE!

A temática ambiental tornou-se uma tendência irreversível na imprensa uma vez que as questões relacionadas ao meio ambiente afetam, cada vez, mais o cotidiano dos cidadãos.

No ano de 1965, foi criada a expressão “Educação Ambiental” na “Conferência da Educação”, realizada em Keele, Grã-Bretanha.

A partir do ano de 1968, na Conferência da Biosfera, realizada em Paris, surgiu a primeira entidade do jornalismo ambiental. Nesse mesmo ano, no Brasil, Randau Marques era preso, por ser considerado revolucionário, ao abordar em um jornal a problemática da contaminação dos rios com os agrotóxicos utilizados pelos agricultores.

A partir dos anos 70, as matérias relacionadas ao meio ambiente aumentaram sua frequência e, nos anos de 1980, com a descoberta da camada de ozônio e os estudos do impacto do homem no aquecimento global, a imprensa se voltou para a Floresta Amazônica.

Atualmente, o crescimento urbano fez com que a convivência com as questões ambientais seja imprescindível para a manutenção da qualidade de vida da população. Água, lixo, mobilidade urbana, poluição tornaram-se assuntos recorrentes no dia a dia do cidadão, e a eficácia do jornalismo, em relação à educação ambiental dos sujeitos, passa a ser tema de estudo, pois pode implicar mudanças de hábitos diários.

A imprensa passa a ser vista como agente de socialização, adquirindo uma função educativa no momento em que, assim como família, escola e sociedade, também serve como referência de valores, padrões e comportamentos.

Saber como matérias voltadas ao Meio Ambiente estão sendo transmitidas e interpretadas dentro da esfera social de determinados indivíduos faz-se necessário para compreender se as iniciativas voltadas à essa editoria são satisfatórias no processo de conscientização da sociedade. Para tanto, recorri aos efeitos da comunicação de massa, estudada em Comunicação Social.

Abordando alguns efeitos, cheguei à influência seletiva sobre a qual DeFleur e Ball-Rokeach (1993) já diziam que: “o princípio de percepção seletiva é que

peças de diferenciadas características psicológicas, orientações subculturais e afiliação a determinados setores da rede social interpretarão o mesmo conteúdo da mídia de formas bastante diferenciadas” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 217).

Também, referem-se ao poder de ação a partir do contato com a mídia, quando analisam: “nem todos agirão da mesma forma por terem sido expostos à determinada mensagem da mídia (DELFEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 217).

E, assim, a televisão torna-se uma valiosa aliada para a aprendizagem e, no processo de adoção de um novo comportamento, esses resultados podem ser obtidos através de uma influência direta ou indireta. Delfeur & Ball-Rokeach discorrem que um determinado padrão de comportamento pode ser adotado de maneira geral, caso seja identificado como “solucionador de problemas, compensador, ou de outra forma qualquer desejável por suas consequências” (DELFEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 233).

Já, em 1922, estudos em comunicação concluíram que as pessoas não agem baseadas no que realmente está se passando ou que tenha ocorrido, mas na ideia imagética de que determinada situação seja real, apenas por descrições fornecidas pela imprensa.

E, quando trato de um tema bastante antigo como o meio ambiente, mas que virou moderno, a partir dos anos 80, reforço o papel da mídia no processo de entendimento da população em relação ao tema.

Para demonstrar que os princípios desses estudos vêm sendo reforçados com o decorrer do tempo, Azevedo da Fonseca (2004) revela que o papel do jornalismo ambiental não é apenas repetir o que já sabemos, “mas contribuir na difusão de informações pertinentes para que a sociedade possa primeiramente conhecer os problemas para então articular as soluções” (FONSECA, 2004, p. 141).

Então, volto aos efeitos da comunicação de massa e agora cabe citar o sistema de interdependência, que sugere que, dentro do sistema social (mídia e indivíduo), existe uma relação de dependência. Ou seja, a mídia pode sugerir “exemplos”, uma vez que aborda casos reais, Defleur e Ball Rokeach ressaltam que: “A orientação da ação refere-se à multidão de maneiras pelas quais os indivíduos estabelecem relações de dependência com a mídia a fim de obterem diretrizes para seus próprios comportamentos” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p.325).

Na verdade, o desafio jornalístico atual é mostrar que a sociedade deve ter suas responsabilidades em relação ao Meio Ambiente, e esses deveres não devem apenas estar ligados ao tempo, chuvas escassas ou excessivas, às autoridades, órgãos públicos e governos.

Para tanto, as representações que a mídia sugere acerca da temática ambiental tornam-se valioso objeto de estudo, uma vez que tais reflexões merecem destaque devido à importância da mídia como uma das esferas¹ com capacidade de divulgar e legitimar representações de diversos tipos.

As representações midiáticas não se constroem apenas nas relações entre elas mesmas. Através de todas as influências que a atingem, em suas práticas discursivas, a mídia pode oferecer representações que naturalizam determinados costumes. No entanto, essas representações não são necessariamente acatadas pelos sujeitos. A sociedade pode aceitar, não aceitar, ou ainda reconfigurar essas elaborações midiáticas. Essa característica vale também para o jornalismo ambiental em suas particularidades.

Nessa direção, as pesquisas atuais assinalam para a influência das novas tecnologias da mídia e a maneira como essas inovações contribuem, conferindo caráter de realidade e simultaneidade ao que é representado. Entre outras razões, é devido a esse caráter que as representações midiáticas se mostram tão significativas para as pesquisas e os estudos da comunicação.

Desse modo, as representações midiáticas operam de modo determinante na atualidade, reforçando e difundindo a memória através das tecnologias. Corresponderia às representações, portanto, um “fazer-se presente”, considerando seu caráter de atuar “em ausência”, fazendo tangível o intangível, presente o ausente, audível o silenciado, sensorial o espiritual, chamado o esquecido. De tal modo, o tratamento das representações “vem marcado por preocupações discretas que fixam menções fugazes, marcas, traços, sendas, raias, desenhos ou esquemas” (SILVEIRA, 2004, p. 15). Assim, antes de tudo, representar é produzir significado.

Conforme indica Soares (2007, p. 51), as representações midiáticas devem ser pensadas “como modos de exposição de determinados assuntos ou pessoas

¹ As representações partem de inúmeros mediadores (além da mídia, participam, por exemplo, família, amigos, escola, universidade, trabalho, associações, movimentos sociais, igreja, etc.), tomando a esfera da socialização, englobando-se ao cotidiano e se tornando senso comum, nos mais diversos contextos sociais.

que salientam algumas de suas características, ou mesmo acrescentam a eles ou subtraem deles certos atributos”.

A partir dos anos 90, as investigações sobre a audiência procuram ainda mais capturar a experiência, a diversidade de grupos sociais e, principalmente as relações do indivíduo com o meio em que está inserido (global, nacional, local e individual) e suas condições naturais (raça, etnia) (ESCOSTEGUY, 2003, p. 166).

A autora aponta continuidade desse tipo de orientação na análise dos meios de comunicação de massa, quando se refere:

Ao contrário, cada vez mais o objeto de investigação se diversifica e se fragmenta. Contudo, no ponto de encontro destas duas frentes, meios de comunicação e Estudos Culturais, identifica-se uma forte inclinação em refletir sobre o papel dos meios de comunicação na constituição de identidades, sendo esta última a principal questão desse campo de estudos na atualidade (ESCOSTEGUY, 2003, p. 167).

Assim, as representações surgem em contextos discursivos, como formas ocasionais, simples sugestões, pistas visuais e/ou cenários. Assim, os textos originam certas composições de imagens, aparentemente obtidas no mundo empírico, e as converte em representantes de pessoas, situações, fatos. É por meio dessa conformação que as mediações invisíveis do autor de um texto têm a habilidade de influenciar, de maneira sutil, percepções sobre pessoas, gêneros, grupos sociais e categorias. As representações acabam por se tornar algo automático e contribuem para estabelecer, confirmar ou reforçar hábitos.

2.1 O Discurso do Globo Ecologia

Ao avaliar a necessidade de uma mudança no modo de pensar o mundo atualmente, permeia-se o caminho da educação ambiental. Contudo, acredito que, em um país onde a televisão é considerada um dos artigos mais importantes dentro dos lares², deve-se levar em conta o papel do discurso jornalístico no processo conscientização acerca do meio ambiente.

² A televisão está presente em 97,2% dos lares do Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, a PNAD 2012 (IBGE, 2014).

Dominique Wolton refere que a televisão tem o poder de reunir diversos públicos, de diversas áreas do globo e participa individualmente de uma atividade coletiva, sendo o laço em comum das classes sociais.

Esse público, para o autor, é anônimo e heterogêneo e cria vínculos com seus canais favoritos, pauta as atividades do dia de acordo com os horários de seus programas preferidos (WOLTON, 1996).

A televisão é um veículo que oferece uma gama infinita de opções e tem o poder (e o dever) de unir informação e entretenimento ao mesmo tempo, contudo, tal função só é plenamente atingida, no caso do jornalismo ambiental, se a lógica do espetáculo, o vício do comercial não entrarem em cena, Charaudeau também explica que a televisão, “quando pretende desvelar, descobrir o oculto, mostrar o outro lado do espelho”, possui um ar de transparência, ou de ilusão de transparência (CHARAUDEAU, 2010, p. 112).

A possibilidade da natureza para turismo comercial ou a devastação das florestas, a desvalorização da vida dos animais ou soluções “mágicas” para problemas ambientais parecem ser reproduzidas exaustivamente nos programas televisivos, cuja ideia de interdisciplinaridade é ignorada na produção das mesmas.

Para tal investigação, utilizei o método de análise do discurso crítica (FAICLOUGH, 1992; ORLANDI, 1999) nas matérias relacionadas como mais assistidas durante o mês de maio de 2014, sendo que apenas as matérias disponibilizadas integralmente pelo site globo.com foram analisadas, delimitando nosso material a partir do critério hierárquico estabelecido pela própria empresa de telejornalismo.

Acredito que o método de análise de discurso é o que permite avaliar os contratos estabelecidos entre a emissora e o receptor, através da fala ou do silêncio, mapeando as relações de poder e recursos linguísticos abordados pela sociedade. “Para tanto, as análises empíricas em ADC devem movimentar-se entre o linguístico e o social, pois o discurso é compreendido como uma forma prático-social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade” (RESENDE, 2005, p. 185).

O modelo de análise que escolhi, foi o modelo tridimensional de Fairclough, no qual baseia o discurso em três pilares principais: texto, prática discursiva e prática social, assim dividi a análise em três etapas.

No livro, *Discurso e Mudanças Social* (1992), Norman Fairclough explica que “a análise linguística é por si mesma uma esfera complexa e às vezes bastante

técnica que incorpora muitos tipos e técnicas de análise” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 102), ou seja, a análise de discurso é uma técnica multidisciplinar que pode ser realizada nas mais distintas áreas, seja de sociologia, letras e comunicação, como vimos aqui.

Acredito que, por fundamentar esse trabalho nos possíveis sentidos que o discurso do programa Globo Ecologia pode gerar, categorizei a análise textual a partir da produção de sentido, mesmo tendo consciência de que forma e significado não podem ser separados.

A partir dessa análise, posso afirmar que um dos caminhos para a educação ambiental é a cobertura mais aprofundada sobre o meio ambiente nos veículos midiáticos. O enfoque foi na cobertura televisiva, pois a mesma é presente em mais de 95% das residências no Brasil. Utilizei, como objeto de pesquisa, o Globo Ecologia, veiculado em canal aberto pela Rede Globo de televisão, aos sábados, às 6 horas.

A escolha deste programa se dá pelo fato de ser o único programa com conteúdo exclusivamente voltado ao meio ambiente e veiculado pela maior emissora midiática do Brasil. A pesquisa abrange uma amostra que inclui todas as edições completas disponibilizadas no site da emissora Globo, durante o mês de maio de 2014.

Optei pelas matérias divulgadas também pelo veículo internet, pois, como citado acima, este programa é exibido às 6 horas, aos sábados e acredito que, com essa ferramenta de apoio, o acesso às matérias é mais flexível e atinge as mais diversas camadas da população, uma vez que os cidadãos têm acesso às mesmas no horário e dia em que desejarem, procurando pelo tema de maior interesse.

Durante esse processo, selecionei, dentre as matérias divulgadas pelo site, aquelas que foram disponibilizadas na íntegra, pois entendo que a análise de discurso só pode ser realizada com as informações completas, minimizando os possíveis enganos de nossa parte. Apliquei uma análise de discurso crítica (FAIRCLOUGH, 1992), utilizando as teorias de ideologia e sujeito (ORLANDI, 2012).

A possibilidade de se ir adiante e evidenciar os possíveis processos de interpretação por parte dos sujeitos que também carregam em si suas cargas de memória e filiações históricas e sociais, ao serem expostos ao discurso existente nas matérias apresentadas e que fazem com que a produção de sentido ocorra, foi o que me motivou à escolha dessa metodologia.

O quadro a seguir ilustra quantitativamente as matérias selecionadas desse período, a partir das datas de publicação, títulos, editorias que se enquadram, fontes e temas abordados para possibilitar a visualização do nosso *corpus*.

Optei por levantar quais as matérias tinham sido apresentadas durante o mês de maio, pois acredito que o ato de escolha das reportagens, por si só, já revela a intenção do programa, segundo Charaudeau:

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2010, p. 39).

O quadro a seguir mostra os programas veiculados durante o mês de maio de 2014 e mais acessados através do site do programa Globo Ecologia.

Data	Título	Editoria	Tema	Fontes de Informação
03/05/2014	Preservação da Mata Atlântica	Ambiental Economia Agricultura	Restauração da Mata Atlântica	Estudante; restaurador de obras de arte; diretor do programa Mata Atlântica; Secretário executivo do Pacto pela Mata Atlântica; Engenheiro Florestal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – RJ; Diretor CoopBabiônia; Agentes de Reflorestamento; Gerente de Restauração Florestal da SOS Mata Atlântica; Professor do Laboratório de Ecologia e

				Restauração Florestal da Esalq – USP; Coletor de sementes; Diretor da Bioflora Tecnologia da Restauração
10/05/2014	Nascentes, preservação da vida	Economia Agricultura Ambiental	Importância da preservação das nascentes de água	Produtor de Queijo Departamento de Ciências Florestais Esalq – USP Chefe do Parque Nacional da Serra da Canastra Bióloga do Instituto Terra Brasilis Enquete: Vendedor, professora, empresário
17/05/2014	Pesca Sustentável	Economia Ambiental	Preservação da vida dos peixes	Gestor da reserva extrativista Marinha do Corumbau, chefe de cozinha, pescador, vendedor, bancária, bióloga, analista ambiental, professora, aposentado, peixeiro
24/05/2014	Frutos do cerrado	Variedades Turismo Meio Ambiente	A importância econômica da preservação dos frutos do cerrado	Feirante, comerciante, músico, analista ambiental, gerente da Coopabase, técnico agrícola

31/05/2014	Turismo	Turismo Meio Ambiente	Turismo sustentável	Terapeuta corporal, publicitário, comerciante, advogado, coordenador executivo Projeto Coral Vivo, secretario de Meio Ambiente de Porto Seguro, presidente da Associação Naval de Porto Seguro, gerente de projetos Coco Verde, guia de turismo
------------	---------	-----------------------------	------------------------	---

Quadro 01: Programas veiculados durante o mês de maio de 2014.

Fonte: Rede Globo – site oficial.

2.1.2 Categorias para análise das matérias

Foi realizada uma análise geral das matérias através da fala dos apresentadores do Globo Ecologia, sobre os assuntos determinados. Foquei nos textos de maior destaque, que pudessem evidenciar o objetivo da apresentação da matéria e o tratamento dado ao assunto, categorizei essa análise através do significado das palavras, da matriz social do discurso e dos efeitos ideológicos e políticos possíveis deste discurso, de maneira mais ampla, analisamos as matérias e os significados das mesmas (FAIRCLOUGH, 1992).

Pela categoria do significado das palavras, considerei importante incluir as escolhas de palavras feitas pelos produtores e editores das matérias. Fairclough indica que, “como produtores, estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas” (1992, p. 230).

Foquei esse trabalho em palavras-chaves culturalmente em destaque quando o assunto é meio ambiente, uma vez que comungo com a ideia de Charedeau:

O discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido (CHARADEAU, 2010, p. 40).

O autor ainda infere sobre os jargões ambientais, que repetidos diversas vezes pelos mesmos locutores, acaba por receber determinado valor.

A matriz social do discurso trata de especificar as estruturas sociais e hegemônicas que integram a instância particular de prática social e discursiva, como o discurso se apresenta, se é oposicionista, reestruturante, criativo, normativo, inovador e, aqui, criei a categoria da matriz social do discurso neutra, no qual, o discurso que se apresenta não gera nenhum tipo de inquietação, Fairclough ilustra que:

O objetivo é especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva; como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações (é convencional e normativa, criativa e inovadora, orientada para reestruturá-las, opositivas, etc.?) e que efeitos ela traz, em termos de sua reprodução ou transformação? (FAIRCLOUGH, 1992, p. 290).

E, por fim, através dos efeitos políticos e ideológicos do discurso, avaliei de que maneira o programa Globo Ecologia joga elementos que sensibilizem o sujeito a fazer suas escolhas, sejam em relação às mudanças de suas rotinas ou reafirmação de boas práticas em relação ao meio ambiente, através de sistemas como o reconhecimento através da fala (explicação de temas complexos).

A respeito das ideologias demonstradas nos discursos, Fairclough elucida que:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 1992, p.117).

Eni Orlandi refere que a produção de sentidos através do discurso tem relações com os interlocutores do mesmo, uma vez que os sentidos estão vinculados com as ideologias que estão sendo postas no processo de produção das matérias e variam conforme as estratégias dos próprios discursos, desde a maneira

que o apresentador fala, a maneira de realização do texto e as relações de poder inseridas no mesmo.

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito (ORLANDI, 2001, p.47).

2.1.3 Análise das matérias

Preservação da Mata Atlântica:

Análise geral:

A matéria inicia com a utilização da metáfora da restauração de uma obra de arte para ilustrar a importância e a complexidade de restaurar a floresta.

Me responde: você já quebrou alguma coisa que tinha muito valor na sua vida? Uma jarra, assim, da vovó, um presente de um amigo. Normalmente quando isso acontece, a gente corre pra tentar colar, pra tentar consertar, mas nem sempre tem jeito, né? Será que o mesmo vale pro meio ambiente, se a gente desmata uma área, dá pra voltar ao que era antes? No caso da Mata Atlântica, não. Mas se não dá pra voltar ao que era, pelo menos dá pra consertar o que sobrou, né? Afinal, mais da metade dos brasileiros vive hoje dentro de áreas, que originalmente eram Mata Atlântica. A preocupação que é antiga, agora ganha força com novas iniciativas, vamos ver? No ar, Globo Ecologia.

Grande parte do início do programa seguiu referindo-se à arte, apesar da importância de aprofundar o conhecimento sobre a questão do reflorestamento da Mata Atlântica, a fim de esclarecer ao telespectador as consequências ambientais do desmatamento e os benefícios para a qualidade de vida da sociedade. Também, percebi que, apesar do apresentador citar a ação do homem como responsável pelo desmatamento da floresta aborda o assunto de maneira distante.

Quando observamos um desses quadros, descobrimos como era a Mata Atlântica no passado, comparando com os dias de hoje dá para notar que muita coisa mudou e a causa desta mudança foi a ação do homem. Não é para menos, mais de 60% de quase 190 milhões de brasileiros, vivem dentro da área da mata atlântica.

A reportagem trouxe a relação da preservação ambiental sob o viés econômico, mencionando as questões ambientais sociais relacionadas à possibilidade de riscos, como deslizamentos de terra, por exemplo.

Em 1966 o Rio de Janeiro enfrentou uma catástrofe, um deslizamento de encostas causado pelas chuvas e pelo desmatamento.

Nessa parte, percebi que houve um silenciamento: a culpa pelo deslizamento das encostas é dividida entre a chuva e o desmatamento, no entanto, entendo que apenas a ação do homem é culpada pela catástrofe, pois penso que se não houvesse ocupações desordenadas, o risco de morte da comunidade não existiria. Mais uma vez observo o afastamento do homem dos reais problemas locais.

O restante da matéria se deteve em entrevistar apenas engenheiros e especialistas do setor privado e, também, apesar de demonstrar que a Mata Atlântica está presente em grande parte do território nacional, reduziu sua cobertura apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao abordar o código florestal e a obrigatoriedade do produtor rural em reflorestar suas áreas, citou como benefícios a diversificação da propriedade e obtenção de lucros com comércio de madeiras; extração de óleos; venda de sementes; pagamento por serviço ambiental. Considerei, aqui, um dos principais problemas referentes ao discurso utilizado por esse tipo de reportagem, que, ao mesmo tempo em que trata da degradação e da importância do reflorestamento, especifica ao produtor rural como tirar benefício da floresta.

Para implantar o novo código florestal, os produtores rurais tem uma obrigação: a do reflorestamento de reservas legais e áreas de preservação permanente. Ainda que, com a nova lei, a área a ser recuperada seja menor,

*são 35 milhões de hectares a serem restaurados a um custo médio de 7 mil reais por hectare, ou seja, são cerca de 245 bilhões de reais. **Mesmo que não pareça, isto pode ser um bom negócio para esses produtores, com exceção das apps onde a exploração é proibida, reflorestar as reservas legais é uma maneira inteligente de diversificar a propriedade e obter lucros com a extração de óleos, a venda de sementes e até o pagamento por serviços ambientais: como manter as nascentes que abastecem as cidades.***

Entendo a importância de retratar a questão econômica da Mata Atlântica, no entanto, percebo uma dicotomia no discurso: preservação X extração; no qual se desconsidera a questão da biodiversidade que surge com o reflorestamento, como os animais que voltam a habitar lugares em que antes não havia nada.

Para ilustrar melhor, cito aqui o texto de fechamento da reportagem, que enquadrei no processo de “comodificação”³, mencionado pelo repórter do Globo Ecologia :

“A restauração de florestas como a da Mata Atlântica, é fundamental não só para o bem-estar das populações locais, mas também para as indústrias, os negócios e toda a economia do Brasil. Hoje, 70% do produto interno bruto do nosso país é gerado nessa região, ainda que não seja possível restaurar as florestas brasileiras como nós fazemos com as obras de arte, tornando-as mais fiéis possíveis ao original, é possível recuperá-las para o equilíbrio de todo o ecossistema.”

Termos-verdes: mãe-natureza, restauração florestal, ecossistema, ciclos naturais, conservação.

Matriz Social: O apresentador demonstra claramente a intenção de apenas tratar do que pode ser feito com a restauração da Mata Atlântica, mas não entra em conflito com as atividades do dia a dia que interferem diretamente para a diminuição da Mata Atlântica.

Percebi que, apenas no trecho inicial e no final, o programa se refere, de maneira direta, ao telespectador, o último comentário da apresentadora do programa

³ Norman Fairclough (1992, p.255) indica que “a comodificação é o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias.”

serviu para dar uma matriz social discursiva oposicionista, que poderia gerar a inquietação, mas é apenas uma pequena abordagem, como ver-se-á a seguir:

É importante lembrar que, se a gente impede o desmatamento, não é preciso restaurar as florestas, né?

Este discurso de fechamento da reportagem remete a um discurso conservacionista, que segue o princípio da precaução “não interferir na natureza”. Para Giddens, “Não estamos procurando ‘salvar o planeta’, que sobreviverá, independentemente do que fazamos’. A ideia é preservar e, se possível, aprimorar um estilo de vida digno para os seres humanos que vivem na Terra. (2010, p. 25)

O autor faz referências às novas tecnologias e ciências, que devem unir esforços para lutar por um meio ambiente saudável para todos, caso a gente queira enfrentar questões tão complexas como o aquecimento global, por exemplo.

Também, Peter Nelson avalia o papel do jornalista em relação ao princípio da imparcialidade, ferido, nesse caso:

A missão da imprensa é promover o “bem” no mundo? Essa é uma questão que continua atual para os jornalistas. Informar os leitores sobre o que acontece é bastante trabalhoso e já ajuda a resolver os problemas da sociedade. De maneira geral, os jornalistas não devem presumir que têm autoridade para agir como protetores do meio ambiente – ou de qualquer outra coisa (NELSON, 1991, p. 40).

Nascentes, preservação da vida:

Análise Geral:

Relacionando essa reportagem com a questão de que existem negociações de sentido presentes nos discursos, às quais ninguém pode estar seguro em relação ao que se fala e deve ser levado em consideração o ato de interpretação (Orlandi, 2012), identifico que o título e a chamada da reportagem pouco têm a ver com o restante da mesma, uma vez que se referem inicialmente às nascentes e sua importância para a conservação da vida na terra e, no decorrer da matéria, aborda principalmente a questão do uso da água pela agricultura.

Na abertura do programa, existe uma referência direta ao telespectador:

Já preparou seu café? Já escovou os seus dentes? Quanta pergunta indiscreta, né? Pois é, a gente nem se dá conta de quanta água a gente gasta no nosso dia a dia, é por isso que hoje nós vamos falar sobre a água, o nosso bem mais precioso. A ONU declarou que 2013 foi o ano internacional da cooperação pela água. A declaração foi um convite e um alerta pro mundo todo se preocupar de verdade com a qualidade e a quantidade de água limpa disponível no planeta, um passo importante para isso é a preservação das nascentes do rio.

Contudo, considero a abordagem do restante da reportagem superficial, no sentido que apresenta, em seu discurso, apenas a questão da produção do queijo e a importância da água para possibilitar tal produção, silenciando a questão do papel da água na qualidade de vida das pessoas, bem como iniciativas de preservação da mesma, que é a chamada principal da reportagem.

*O alimento é a base do desenvolvimento de qualquer ser-vivo. Para o homem, é a produção agropecuária, realizada fora dos grandes centros, que garante o abastecimento e a comida no prato. ... Calma gente, não é o queijo. Ele também é importante nessa história, mas eu to falando é da água. Os alimentos que nós ingerimos dependem diretamente dela para a sua produção, isso na irrigação, na higiene, na produção da energia elétrica e muito mais. Mas será que as pessoas estão ligadas no papel que a água ocupa em nossas vidas? **Este pedaço de queijo, por exemplo, quanta água foi necessário para produzi-lo, você sabe?***

Friso o último parágrafo, pois entendo que o discurso é oposicionista, porque, ao mesmo tempo em que o apresentador aborda a questão da importância da água na vida da sociedade, logo reduz a questão da mesma à produção de alimentos.

Compreendo que mais de 70% da água doce do planeta vai para a agricultura, mas acredito que o programa silencia uma parte importante da questão da água: o mau uso por parte dos cidadãos. Essa questão é bastante complexa e não é abordada pela reportagem.

Odo Primavesi esclarece a questão da complexidade do uso da água pela agricultura ao referir que:

No Brasil, a água é consumida em até 60% pela agricultura (irrigação). Mas cerca de dois terços desse total são desperdiçados por falhas na infraestrutura tecnológica (ao longo dos tubos condutores de água, no modo de irrigar) e por destruição da infraestrutura ambiental, resultando em temperaturas mais elevadas e mais brisas e ventos que aceleram a perda de água dos campos agrícolas (PRIMAVESI, 2004, p. 180).

Observei também, que, toda a vez que o apresentador fazia sua inserção na reportagem, voltava a questão do queijo, garantindo a superficialidade e a zona de conforto da mesma. E, mesmo que algum cientista tocasse na questão do uso racional da água, logo, o apresentador voltava com uma nota coberta e abordava novamente a superficialidade da produção do queijo.

A esta altura você deve estar se perguntando: tá bom, mas onde é que as nascentes entram na produção de queijos, como este daqui? Antes de mais nada, é importante lembrar que queijos, como esses daqui, são considerados patrimônio cultural em vários países. O queijo parmesão, na região de Parma na Itália, o roquefort, na França, o da Serra da Estrela, em Portugal e nós, aqui no Brasil, também temos um queijo patrimônio cultural e material brasileiro que é produzido em um dos locais com maior número de nascentes no Brasil.

O apresentador permaneceu no mercadão de São Paulo em suas notas cobertas e Minas Gerais foi o único Estado apresentado pelo programa por conter a “caixa d’água do Brasil”, Serra da Canastra.

Encontrei elementos que indicam, principalmente, a questão econômica da preservação das nascentes:

*“Das nascentes depende o fluxo das águas e depende a própria vida e, se **depende a própria vida, depende a própria atividade econômica do país;** nenhuma comunidade, nenhuma população vive sem água.”*

E, ao fechar a reportagem, no momento em que a apresentadora se refere ao público, notei novamente a utilização do recurso da inquietação, no qual, é o único momento em que o telespectador é posto a pensar sobre a temática ambiental,

contudo, ela retratou, de uma maneira ampla, o meio ambiente e não propriamente da água, assunto principal do programa.

É preciso decidir agora que planeta nós queremos deixar para as futuras gerações.

Termos-verdes: práticas agrícolas boas, sustentabilidade, uso adequado da água, nascentes, ciclo da água.

Matriz Social: Fica bastante evidente que a reportagem foi direcionada para os agricultores, o apresentador demonstra claramente a intenção de apenas tratar da questão da importância da água para a produção de alimentos e não entra em conflito com as atividades diárias e práticas que podem ser realizadas a fim de diminuir o desperdício de água.

Existe um afastamento da problemática das nascentes das águas para uma natureza longínqua, em que apenas quem mora perto desses locais deve ser responsabilizado pela manutenção desse recurso. Não toca em questões polêmicas como o uso da água de maneira irracional pelos agricultores, a utilização de agrotóxicos que podem poluir tais nascentes e questões práticas do dia a dia, como saneamento básico e descarte adequado dos resíduos sólidos.

A respeito do silenciamento, Fonseca elucida o que seria uma cobertura sobre nascentes que realmente cumprisse o papel conscientizador do jornalismo ambiental:

O problema é a exploração inadequada desses recursos, que vêm desestabilizando justamente os ciclos naturais. Assim, o que está em discussão não é o desaparecimento da água no planeta, mas a escassez de água potável, própria para o consumo humano, devido à contaminação, à poluição, ao desperdício e à falta de planejamento. A tragédia é bem mais grave em países pobres, onde as pessoas já sofrem com a miséria e a violência (FONSECA, 2004, p. 124).

Acredito que, aqui, um discurso normativo e criativo, que apontasse normas e soluções para o uso da água e a preservação das nascentes, seria mais adequado.

Pesca Sustentável

Análise Geral: O programa inicia com sua tradicional fala direto ao telespectador norteando qual tema será exposto:

Você já ouviu esta frase? você precisa comer mais peixe! Certamente já ouviu, né? Em um país com uma costa tão grande como a do Brasil, o peixe deveria ser um alimento abundante, mas a realidade infelizmente não é bem essa não. Você sabia que boa parte do peixe que nós comemos vem de fora do país? Pois é, isto não é conversa de pescador não, a verdade é que nossa produção não é suficiente para atender o nosso apetite e a pesca feita de maneira não sustentável só aumenta o problema, né? Será que ainda dá tempo de reverter esse quadro e garantir o peixe das futuras gerações? Nós vamos ver agora como a pescaria pode se sustentar, de verdade, no Globo Ecologia.

A reportagem inicia abordando a questão da teoria da evolução e o quanto os seres vivos devem “correr” para obter seus alimentos. Ainda, o apresentador refere que, quando algum animal vira presa de outro, este pode se tornar escasso. Então, o apresentador situa o telespectador como pertencente da ampla e complexa rede a qual vivemos:

Mas se nós, seres humanos dependemos de outros animais como alimento, se esses animais forem extintos, será que nós também não corremos o risco de extinção?

No decorrer da matéria, percebi um discurso criativo, que demonstrou a questão da importância da preservação dos animais, porém bastante pessimista, sinalizando que o que está ocorrendo é catastrófico e é fruto da ação do homem (homem como conotação do “outro”, distante).

*Hoje, 3 bilhões de pessoas no mundo dependem de áreas marinhas e costeiras para seu sustento. **Curiosamente** essas áreas que cobrem mais de*

70% da Terra são um dos biomas mais ameaçados do planeta.

Friso a palavra curiosamente, pois o termo exemplifica o afastamento, por parte do programa, do telespectador sobre a questão da biodiversidade marinha. Se existem 3 bilhões de pessoas que dependem da pesca e se esse bioma é um dos mais afetados no planeta, não existe curiosidade, existe um fato: a ação do homem está destruindo a biodiversidade dos animais aquáticos. Eduardo Geraque explica que:

O tema biodiversidade e as demais questões relacionadas com o meio ambiente permitem tanto ao leitor como ao jornalista observar tudo de vários ângulos. Cultura, história, política, sociologia, ciências biológicas, etc.: a espiral do conhecimento está aparecendo em seu estado mais puro. O assunto tem lastro suficiente para que novas ferramentas jornalísticas sejam apresentadas, independentemente do meio que esteja sendo empregado (GERAQUE, 2004, p. 106).

O programa foi todo produzido na Bahia e limitou-se a abordar as questões da reserva extrativista do Corumbau, apresentando alguns projetos de pesca sustentável e entrevistando a comunidade local a respeito da importância de preservar os peixes, ignorando o restante do Brasil.

Também, noto a presença do discurso reestruturante, o qual aborda a questão de como era (antes da conscientização da comunidade local) e a cooperação da comunidade para que o projeto de preservação dos animais aquáticos desse certo a fim de promover a existência da própria comunidade.

A reportagem faz a relação entre a correria das grandes cidades e a sobrevivência dos peixes nas pequenas vilas de pescadores, teoricamente calmas.

A luta pela sobrevivência não é fácil e é preciso muito esforço para o barco não virar.

E, na segunda parte do programa, encontro novamente o discurso baseado na economia, o qual aborda a questão do consumo sustentável, que ainda não havia encontrado nos discursos das matérias anteriores.

Você pagaria mais por um peixe pescado de forma sustentável?

Compreendo que o programa apontou apenas iniciativas de empresas privadas, silenciando a questão das políticas públicas para a preservação da vida nas águas. Não apresenta as zonas de conflitos existentes entre os pescadores e os governos e, apenas entrevistou fontes ligadas à empresas e reservas. Conforme Charaudeau (2010), a relação do apresentador com as fontes revela o seu grau de engajamento do mesmo com as notícias dadas. Nesse caso, observo que o apresentador utiliza a voz das fontes para dar crédito ao restante da reportagem. Para Charaudeau, esse recurso produz um efeito paradoxal:

O valor de verdade da informação fica atenuado, mas a explicitação do posicionamento prudente do informador lhe confere crédito, o torna digno de fé e permite considerar a informação como provisoriamente verdadeira, até prova em contrário. Assim, os dois interlocutores estão numa posição de ponderação, de exame da verdade, de verificação da plausibilidade (CHARAUDEAU, 2010, p. 55).

Darwin, no século 19, disse que o homem não pode produzir nem impedir transformações, pode apenas conservar e reunir as que lhes são apresentadas. Olhando à nossa volta e apresentando soluções como a da reserva do Corumbau, o que será que ele diria?

Sachs rebate essa ideia de que as alternativas privadas são a única forma de combate ao desmatamento ao inferir que a população bem informada pode cumprir seu papel. Para o autor, “o futuro pertence mais às formas coletivas de gestão dos recursos naturais do que ao policiamento aperfeiçoado do seu uso por agentes privados” (SACHS, 2009, p. 9).

Termos-verdes: consumo sustentável, pesca sustentável, evolução, meio ambiente, biodiversidade marinha.

Matriz Social: Essa reportagem aborda a questão da pesca sustentável de maneira bastante satisfatória. Não identifiquei um público específico à qual está voltada e, por mais que tenha mostrado o valor econômico do peixe, considerarei estar de acordo com o tema que foi proposto: o da pesca. Por se tratar de um tema bastante específico, não precisou causar inquietação em relação aos hábitos e, mesmo assim, lançou mão de abordar a questão do consumo consciente.

Reconheci o discurso normativo, inovador, criativo e reestruturante nesta reportagem, fato que me surpreendeu positivamente.

Frutos do Cerrado

Análise Geral: Em sua fala com o telespectador, a apresentadora do programa cita os mais diversos nomes de frutas existentes no cerrado brasileiro e indica que o programa será realizado com a companhia de um chefe de cozinha, reconhecido mundialmente, Alex Atala, através da abertura do programa com um discurso criativo.

Vaí aí uma salada de frutas? Que tal? Olha, mas nada de banana, maçã, morango. Hoje nós vamos nos aventurar por novos sabores.

O início do programa é marcado pela fala do apresentador, com imagens da paisagem e um texto bastante literário sobre as árvores no cerrado.

Na árvore longe e retorcida, nasce o broto, pulsa a vida. Araticum, barú, pequí, gabioba, buriti. Se o gosto encanta, o nome assusta, eis a sina dessas frutas. Soltas no pasto ou já no prato, são sabores do cerrado.

Sharf afirma que, “por tradição ou preconceito, boa parte da imprensa trata a questão ambiental como algo superficial, espetacular, que atrai pelo que tem de belo ou destrutivo, e não por seu impacto concreto: político, econômico ou social.” (2004, pág. 51).

No decorrer do programa, o apresentador faz uma breve explicação do cerrado, segundo maior bioma do território brasileiro e responsável por 4% de todas as plantas do planeta. O apresentador explica a importância do cerrado:

Toda essa riqueza ambiental contribui para a conservação da água, para a redução de emissões de gases que causam o efeito estufa e, também, para a produção de alimentos, além dos frutos que acabamos de falar.

Nessa fala, sentí que existe uma personificação do cerrado em detrimento da ação do homem, o cerrado apenas existe, mas quem pode contribuir para a conservação da água e a redução de gases é apenas a ação consciente do homem, silenciando a parcela mais importante, a função desse bioma.

Ao tratar que é o segundo maior bioma do país e a responsabilidade do mesmo em relação à qualidade de vida, o programa silencia a questão do desmatamento desse bioma que possui características propícias para a pecuária, agricultura, demanda do carvão mineral para a indústria siderúrgica e, por esse motivo, é uma das áreas mais desmatadas do Brasil.

O programa também aborda a questão do valor econômico da biodiversidade do cerrado:

O êxito de iniciativas como essa da central do cerrado mostra que, ao contrário do que muita gente afirma, é possível estabelecer um diálogo entre a conservação do planeta e a economia do mercado.

Atenção às questões de conservação e respeito à colheita dos frutos. Esses são ingredientes fundamentais para dar sabor ao consumo sustentável.

Contudo, não toca na questão dos agrotóxicos, um dos principais problemas existentes na agricultura em geral do Brasil e que é responsável pela contaminação do solo, do ar e das águas.

Também, o programa segue sua linha de entrevistar apenas fontes da iniciativa privada em detrimento das iniciativas públicas. Em 2009, o governo lançou o Plano de Ação para o Cerrado, através do Ministério do Meio Ambiente, a fim de mitigar os gases do efeito estufa oriundos do desmatamento do cerrado, mas essa iniciativa não foi citada pelo programa.

Em relação à economia, o programa priorizou a apresentação do projeto de uma cooperativa (Coopabase), que vive da atividade da comunidade local, que colhe os frutos e vende para essa empresa, gerando emprego e sustentabilidade nesse local e entrevistou apenas fontes que não geraram inquietação em relação ao uso inadequado do cerrado.

Por fim, o programa apresentou receitas relacionadas a pratos que continham as frutas mencionadas no programa.

Termos-verdes: consumo sustentável, sustentabilidade, êxito, conservação, riqueza ambiental.

Matriz Social: Esta reportagem aborda a questão dos frutos do cerrado de maneira bastante superficial, pois não contemplou a questão complexa da degradação desse

bioma. Ao contrário, o programa, apesar de trazer os dados que inferem que é o segundo bioma mais devastado do Brasil, não entrou mais afundo nesse problema, situando quais os causadores e quais as maneiras de diminuir essa devastação.

Desse modo, situo esta reportagem na editoria de variedades, predominantemente, pois pouco aborda as questões ambientais, propriamente ditas.

O discurso pode ser categorizado em criativo e inovador, pois apresenta de maneira interessante, os benefícios de unir a comunidade em prol de alguma atividade econômica que beneficie igualmente a sociedade e o meio ambiente.

Acredito que esse discurso também poderia se encaixar no normativo, caso elucidasse ao telespectador os períodos de coleta dos frutos das árvores, a importância em não se usar agrotóxicos, onde os telespectadores locais poderiam conseguir mudas nativas, enfim, uma gama complexa de assuntos que poderiam nortear questões importantes e interdisciplinares básicas do dia a dia.

Também, por se tratar de um tema bastante específico, não causou inquietação em relação às questões da má utilização do cerrado, silenciando a questão do desmatamento através das monoculturas.

Turismo

Análise Geral: Na abertura da matéria, a apresentadora começa expondo a ideia de natureza exuberante, intocada e que enche os olhos de quem tem contato com a mesma; logo, em seguida, a mesma fala sobre o impacto que a atividade turística pode ter nesses locais, caso os turistas não respeitem essa atividade.

*A cada ano, milhões de brasileiros viajam para conhecer nosso país. Praias desertas, cachoeiras, trilhas. Quando o assunto é natureza, nós, brasileiros, somos mesmo privilegiados, não é? Hoje nós vamos a Porto Seguro, na Bahia, descobrir qual é o **impacto** do turismo naquela comunidade. A chegada dos visitantes gera emprego e renda, sim, mas também traz problemas. Imagine providenciar água, comida e infraestrutura pra todo mundo. Bom, isso sem falar na quantidade de lixo que fica por lá, né? Será que é possível combinar turismo com sustentabilidade?*

Percebi novamente a dicotomia no discurso, turismo ambiental X impacto, no qual a apresentadora aborda inicialmente as belezas da natureza, para, após, fazer uma crítica à atividade do homem no local.

Essa reportagem prezou, em grande parte, o uso da fala do secretário de Meio Ambiente da cidade de Porto Seguro, que abordou as questões da rede que envolvem o turismo no local.

Entendi que a reportagem trouxe duas iniciativas que estão sendo feitas para mitigar a questão do lixo nas cidades do Rio de Janeiro (reciclagem do coco) e em Porto Seguro (cuidados com os corais). Identifiquei o discurso normativo e inovador, no qual o apresentador chamou a atenção para os impactos das más escolhas em relação ao turismo, e inovador, à medida que mostra soluções que estão sendo postas em prática para a melhoria da qualidade de vida dessas cidades.

O programa aborda também a questão do consumo sustentável:

A ideia de consumo sustentável permeia todos os elos das atividades turísticas. Até mesmo das lembranças que nós levamos das viagens, no caso, made in China, será que tem sentido viajar para um país e comprar, como lembrança da viagem, produtos feitos em outro país? Com tanta coisa do próprio lugar, feitas pelo povo da terra e que, com certeza, vai trazer benefícios pra eles, que, afinal de contas, estão nos recebendo? Eu acho que a gente tem que praticar o turismo com consciência.

Que tipo de turismo nós queremos ter? O que destrói, suja e explora ou aquele que conserva, recicla e constrói? Bom, a resposta está nas nossas escolhas, o lugar em que nos hospedamos, como nos movimentamos pelo local que visitamos, como tratamos as pessoas e os ambientes.

Notei o emprego da primeira pessoa do plural, nós, através da qual a reportagem traz o telespectador para perto do discurso apresentado ao incluí-lo nas responsabilidades. Essa técnica é bastante interessante, uma vez que entra no princípio da proximidade, o qual infere que as pessoas tendem a se interessar por aquilo que é considerado próximo delas. Também Fairclough avalia que, nessa frase, “que tipo de turismo nós queremos ter?”, se se optar por analisar sob o prisma metafórico, por exemplo, “podemos fazer turismo e consumir da maneira que

estamos fazendo?”, existe uma nominalização que conspira para que essa asserção se torne questionável (1992, p. 229).

Como já previa, por se tratar de turismo, a reportagem abordou a sua questão econômica; e, mesmo que tenha tocado na questão do consumo consciente, o discurso foi, em grande parte, um discurso que primou pelas belezas dos locais e o sucesso dos projetos.

Termos-verdes: impacto, desafio, turismo sustentável, recurso natural, consciência, consumo sustentável.

Matriz Social: Esta reportagem aborda a questão do turismo sustentável. Embora o termo seja bastante amplo, a reportagem foi produzida, principalmente, nas cidades de Porto Seguro e Rio de Janeiro. Considerei esse fator de uma certa superficialidade, uma vez que o restante do Brasil também é bastante visitado e sabe-se que, apesar de iniciativas que estão aparecendo em relação à sustentabilidade do turismo, ainda existem lugares que não possuem essa conscientização.

O discurso pode ser categorizado em criativo, pois apresenta, de maneira interessante, os benefícios dos projetos relacionados, e normativo, ao passo que aborda a questão do consumo sustentável e a grande teia de relações que envolvem as escolhas dos turistas.

No entanto, percebi que a matéria não cumpriu o seu potencial discurso normativo, no qual poderiam ser apontadas situações práticas para o turismo ser verdadeiramente sustentável. Ao contrário, silenciou questões práticas como um discurso complementar que tratasse da infraestrutura dos locais, como áreas de camping ou pousadas com cestos de lixo, por exemplo, ou se os visitantes deveriam levar suas próprias soluções para a coleta dos dejetos,

Outra irregularidade infelizmente comum em turistas predatórios é pôr fogo no pé de árvores, ou coletar mudas de plantas nativas, Pucci diz que é preciso conhecer o ecossistema antes de interferir nele. Em áreas estaduais ou federais, como o Parque Nacional da Serra da Canastra, não é permitido sequer entrar com bronzeadores ou protetor solar, justamente para evitar manchas de óleo nas águas. Nesses locais, o controle é maior porque há normas de uso e certa fiscalização. No entanto, cachoeiras localizadas em grandes fazendas particulares ou em áreas públicas sem fiscalização estão a mercê da consciência ambiental dos turistas (FONSECA, 2004, p. 140).

Contudo, mesmo com esse silenciamento, ao contrário da matéria que se analisou acima, apesar de se tratar de um tema bastante específico, acredito que a reportagem buscou deixar inquieto o telespectador, no sentido que o incluiu no discurso, com o emprego da primeira pessoa do plural, nós.

2.2 Resultado da Análise do *Corpus*

Entendo que a análise de discurso, assim como os mais diversos campos de estudos, abrem possibilidades de resultados em diversas direções; algumas mais “benéficas para a maioria das pessoas do que outras” (FAIRCLOUGH, 1992, p.292).

O programa, Globo Ecologia, apresenta um discurso bastante rico para ser analisado. Percebo que, em assuntos não tão polêmicos como os frutos do cerrado e o turismo sustentável, a abordagem é bastante completa e, embora muitas vezes fique na superficialidade, fragmentando as cadeias que envolvem os processos apresentados nas reportagens, demonstra, de maneira bastante didática, as questões a que se propusera.

Porém, ao tratar problemas que envolvem diretamente a economia geral da sociedade brasileira, como a preservação das nascentes e o desmatamento da Mata Atlântica, observei que opta por não entrar em conflito com possíveis hábitos dos telespectadores, posicionando o discurso no sujeito indefinido: o homem, o outro.

Conforme Ouriques enfatiza, uma sociedade autônoma é aquela que se governa por meio de suas atitudes, na qual seus membros fazem valer o que imaginam em termos de instituições, leis, tradições, valores e comportamentos.

Ou seja, justamente o contrário da sociedade heterônoma como a presente, em que este imaginário é, e aí sou eu a falar, relegado metafisicamente, de maneira fundamentalista a um conceito de outro absoluto, que passa assim a lhe governar: o capitalismo, o mercado, a vida, a sociedade, a companhia, a organização, o partido, a mídia, os pais, o grupo, a turma, o clube, a moda, o interesse, o poder, o medo, o ressentimento, a vingança, a luta política, etc. (OURIQUES, 2010, p. 186).

Assim, o cidadão passa a depender do discurso do “outro” para legitimar suas ações e, nesse momento, os veículos de massa, ao veicularem matérias que

demonstrem a importância da visão interdisciplinar de meio ambiente, podem contribuir com a questão da legitimação de atitudes “verdes”.

Para tanto, como referido anteriormente, a mídia deve abordar a complexidade dos temas ambientais de maneira interdisciplinar, ou seja, primando por compreender e transmitir todas as partes da rede ambiental.

Também, Fairclough chama essa prática de metadiscurso, o qual é carregado de expressões “evasivas”, marcadas por pertencer a um outro texto, ou sendo parafraseadas por alguém:

O metadiscurso implica que o(a) falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo. Isso tem implicações interessantes para a relação entre discurso e identidade (subjetividade): parece ir contra a visão de que a identidade social de uma pessoa é uma questão como ela está posicionada em tipos particulares de discurso (FAIRCLOUGH, 1992, p. 158).

Para Fairclough (1992), esse tipo de discurso ocorre em situações polêmicas e, avaliando sob o prisma das reportagens aqui analisadas, elas ocorrem quando o apresentador utiliza outras pessoas para expressarem o que a empresa Globo pensa ou, em situações de conflito, se distancia do discurso apresentado, também utilizando a voz do outro.

Observei que as quatro matérias têm, em comum, a preservação da natureza sob o viés econômico, ou seja, o meio ambiente visto como um produto rentável, desde que esteja preservado. Peter Nelson explica que, “em geral, é mais fácil mostrar a importância dos problemas ambientais quando eles afetam diretamente a economia ou a saúde das pessoas. Demonstrar a importância de outras questões – a proteção da vida selvagem, por exemplo, pode ser mais difícil.” (1991, p. 33)

Também, identifiquei que o programa prioriza as fontes oficiais como prova de veracidade das informações transmitidas ou, então, realiza enquetes que não se opõem ao que o apresentador aborda, confirmando o contexto geral da reportagem. Essas provas se baseiam no princípio da explicação, conforme Charaudeau, utilizando, como meio discursivo, a elucidação. O autor explica que:

Daí recorrer-se não só à palavra de especialistas, peritos e intelectuais, que são considerados capazes de trazer provas científicas e técnicas, como também, numa outra perspectiva, a uma exposição de opiniões diversas, através de entrevistas, interrogatórios, confrontos e debates, de modo a fazer surgir uma verdade consensual (CHARAUDEAU, 2010, p. 56).

Nesse ponto, também não consegui precisar para qual audiência o programa é destinado, uma vez que, ao mesmo tempo em que aponta termos técnicos, difíceis de serem entendidos por pessoas leigas, também faz uso de recursos que facilitam a compreensão dos mesmos. Charaudeau afirma que esse tipo de discurso (informativo e didático) possui alvos bastante amplos, “logo, não precisa revelar uma verdade, mas somente colocá-la em evidência num quadro de inteligibilidade acessível a um grande número de indivíduos” (2010, p. 62).

Como demonstrado na análise quantitativa realizada anteriormente, evidencio que as informações centrais das reportagens são oriundas de fontes oficiais, como cientistas, pesquisadores, especialistas ou fontes do governo. Hannigan elucida que:

Da mesma forma que alguns repórteres se sentem qualificados em desvendar o frequente conflito científico, argumentos técnicos e políticos envolvidos num problema ambiental, eles também evitam questões completamente substantivas (NELKIN, 1987) ou procuram fontes informadas que possam oferecer um texto facilmente resumido e com credibilidade do que está acontecendo (HANNIGAN, 2009, p. 130).

Nas duas primeiras matérias, percebi que o conflito maior seria com o setor dos ruralistas e, portanto, não identifiquei a intenção de aprofundar essa polêmica, ao mostrar como os mesmos podem tirar proveito de suas nascentes e suas florestas.

Para Peter Nelson, existe um risco de perder a credibilidade, de tomar, mesmo que veladamente, o partido de uma causa: “Quando os jornalistas têm uma visão tendenciosa de um determinado assunto, as pessoas podem achar que estão defendendo os interesses de terceiros” (1991, p. 50).

A “conversa” inicial com o telespectador também é realizada no decorrer das matérias, na volta dos intervalos comerciais e no fim do programa, indicando ser um recurso que visa a chamar a atenção do telespectador. Nesse ponto, Fairclough conclui que, em todo o discurso, existe um controle interacional, no qual é inferida uma parcela de poder aos interlocutores.

A “tomada de turno”, no entanto, não ocorre necessariamente com parcelas iguais de “poder da fala” no caso da televisão, o telespectador não tem como responder, mesmo que seja indagado e instigado a pensar sobre o tema. Nesse sentido, acredito que as ações (ou a falta de ações) que os sujeitos terão a partir das notícias transmitidas é que revelariam as respostas.

Observei que, durante o mês de maio, não houve nenhuma matéria elucidativa com as datas que prevíamos no início, portanto, concluí que o programa se baseia nas chamadas “pautas frias”, que não utilizam o princípio do agendamento e nem da factualidade para realizar suas reportagens.

Também notei uma forte tendência em trazer, em todas as suas reportagens, o eixo Rio-São Paulo, deixando de lado o restante do Brasil. Mesmo nas matérias que abordaram os frutos do cerrado, a pesca sustentável e o turismo sustentável, o telespectador era tratado como se estivesse nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, uma vez que o apresentador fazia referência a essas cidades.

Compreendo isso como uma barreira para fazer com que a matéria se torne interessante para o público do Brasil, em geral, uma vez que:

Por mais informativas que sejam, contudo, algumas matérias podem parecer pouco interessantes para leitores e telespectadores. Isso ocorre com frequência com matérias sobre meio ambiente – uma reportagem poderá parecer distante da realidade das pessoas. Nem sempre o público percebe a importância de um tema como esse. Para que leitores e telespectadores interessem-se por uma matéria importante, é também preciso que lhes sejam oferecidas razões para esse interesse (NELSON, 1991, p. 31).

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO JORNALISMO: SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Como referido nos capítulos anteriores, ao mesmo tempo em que se vê diante de uma crise no meio ambiente e que se defende a educação ambiental em todos os níveis, formais e não-formais, o jornalismo surge como importante ferramenta de produção e circulação de conhecimento.

Para iniciar este capítulo, devo elucidar que credito à televisão sua capacidade de produzir cultura, uma vez que admito a possibilidade da mesma produzir efeitos educativos sobre seus telespectadores (SETTON, 2010).

Maria da Graça Setton infere que o estudo da mídia, como matrizes de cultura, passa pela compreensão das noções de educação e socialização, no qual a socialização passa a ser vista como um processo educativo que busca a “transmissão, negociação e apropriação de uma série de saberes que ajudam na manutenção e ou transformação dos grupos e das sociedades” (2010, p. 14).

A autora explica o processo de socialização ao afirmar que o mesmo pode ser avaliado através de dois eixos:

Pode ser definido, primeiramente, como processo de imposição de padrões e normas de conduta que visam modular nosso comportamento individual. Nessa primeira definição, enfatizo o processo de condicionamento e de controle da sociedade sobre os indivíduos. Mas a socialização pode ser vista, também, como um processo que engloba um conjunto de experiências de aquisição de conhecimentos e aprendizados por parte de todos nós; experiências de reflexão sobre a imposição desses padrões de conduta e sua eventual interiorização. Ou seja, a imposição e a negociação dos valores sociais apreendidos no processo de socialização mostram o quanto esse fenômeno é tenso e conflituoso (SETTON, 2010, p. 14).

Hoje, ao situar o jornalismo ambiental e sua importância, entro em um campo fundamental para a mitigação dos problemas relacionados ao meio ambiente, uma vez que as ações da sociedade, a partir da Segunda Guerra Mundial, têm afetado diretamente a qualidade de vida na Terra, com diminuição dos ecossistemas e extinção de infinitas espécies.

O modelo de desenvolvimento adotado causou o desequilíbrio em diversas instâncias da vida no planeta e são causados pelo grande índice de industrialização e a cultura do consumismo. Hoje, se convive com problemas como o aquecimento

global, baixa qualidade da água e até escassez da mesma em determinados pontos do globo, perda de saúde, através da falta de saneamento básico, e as questões relacionadas à desigualdade social aumentam a cada dia.

E mesmo nesse momento de crise, percebo a cobertura fragmentada que a imprensa tende a fazer, atrelando a cobertura ambiental a catástrofes, sem relacionar as reais causas de tais ocorrências. Martín-Barbero elucida que:

As mídias passaram a constituir um espaço-chave de condensação e interseção da produção e do consumo cultural, ao mesmo tempo em que catalisam hoje algumas das mais intensas redes de poder. Daí provém a necessidade de enfrentar o pensamento único que legitima a ideia de que a tecnologia é hoje “o grande mediador” entre os povos e o mundo, quando o que a tecnologia medeia hoje mais intensa e aceleradamente é a transformação da sociedade em mercado, e deste em principal agenciador da mundialização (em seus múltiplos sentidos contrapostos) (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 229).

A respeito da fragmentação do olhar jornalístico, Ilza Giradi explica que “a necessidade de não fragmentar a realidade, com o fim de contribuir para a educação efetiva da sociedade, deve ser uma regra para os profissionais que pretendem também ser cidadãos” (2009, p. 15).

Então, defendo que a capacidade do jornalista ambiental em não ter um olhar fragmentado influencia na compreensão que a sociedade tem do todo. Liana John elucida que:

Cabe ao jornalista ambiental explicar novos conceitos, tecnologias e descobrir que relação têm elas com a destruição ou preservação dos recursos naturais; com a integridade e funcionamento dos ecossistemas ou do meio ambiente urbano. Também cabe ao jornalista ambiental, acolher e investigar denúncias e disseminá-las no meio mais adequado, provocando reações locais ou globais, conforme o caso (2001, p. 17).

Nesse contexto, Martín-Barbero refere que a relação entre a escola e a mídia também deve ser adequada, uma vez que se abordam as possíveis manipulações da imprensa e desconsideram os meios massivos, alegando que tal exposição pode prejudicar o meio escolar, contudo, a escola, na visão de Martín-Barbero, deve ser um espaço social e cultural, onde o conhecimento deve ser apropriado pelos alunos,

Na relação entre educação e comunicação, a última fica quase sempre reduzida a sua dimensão instrumental, quer dizer, ao uso das mídias, e assim se deixa de fora do debate justamente aquilo que seria estratégico pensar: a inserção da educação nos complexos processos de comunicação

da sociedade atual, ou, dito de outra forma, no ecossistema comunicativo que constitui o entorno educacional difuso e descentrado em que estamos imersos (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 238).

No manual “Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente”, o autor, Peter Nelson, toca em um ponto crucial para o jornalismo ambiental cumprir seu papel de complemento na educação ambiental: a questão da interdisciplinaridade. O autor argumenta sobre as matérias ambientais:

São abrangentes, pois discorrem sobre a própria vida. São interdependentes, pois estão relacionadas com outros campos, como a política, a cultura e a economia. São complexas e, portanto, incompatíveis com explicações e fórmulas simplistas. São técnicas, o que significa que exigem uma certa especialização. As reportagens sobre o meio ambiente são imprecisas, porque a ciência do meio ambiente é imprecisa – nas suas fontes, nos seus dados, na metodologia científica e nas soluções. E são carregadas de emoção, por causa do efeito que exercem sobre as pessoas (NELSON, 1991, p. 8).

Contudo, é preciso esclarecer que, mesmo que a atividade jornalística receba duras críticas e enfrente obstáculos para serem utilizadas como ferramenta de educação ambiental nas escolas, a mídia está presente na vida dos alunos, uma vez que, dentro de casa, a televisão tem papel importante na hora do lazer, “para o bem ou para o mal, as mídias transmitem mensagens contribuindo para a formação das identidades de todos.” (SETTON, 2010, p. 15).

A educação ambiental através do jornalismo é uma iniciativa relativamente nova e que hoje é regulamentada através da lei federal 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

O artigo 1º explicita os processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, garantindo o uso comum do povo, bem como a qualidade de vida e sustentabilidade que são consideradas educação ambiental.

A lei afirma que todos são encarregados de fazer parte do processo educativo mais amplo e, aos meios de comunicação de massa, coube a tarefa de “colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação” do mesmo modo que o poder público, em níveis federais, estaduais e municipais, estimulará “a difusão por intermédio dos meios de comunicação de

massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente”.

É importante salientar que, segundo Hannigan, “sem a cobertura da mídia, as possibilidades que um problema prévio possa entrar em uma arena do discurso público ou se tornar parte do processo político são bastante reduzidas” (HANNIGAN, 2009, p. 121).

O jornalista ambiental pode contribuir para a formação de cidadãos ambientalmente educados, uma vez que podem explicar as “Ciências da Vida e da Terra” em uma linguagem popular (John, 1990).

Para a autora, “além de ser facilmente compreendidos, ainda pretendem levar o sujeito à ação, contribuindo com a diminuição das agressões ambientais e proporcionando o aumento da qualidade de vida” (JOHN, 1990, p. 87).

Aqui, faço uma ressalva sobre a diferença entre responsabilidade e culpa, uma vez que o jornalista pode contribuir para ações pró-ambientais, mas não pode ser culpado, caso suas tentativas não sejam acatadas pelos cidadãos.

Charaudeau explica que a mídia tem a responsabilidade de informar e não a culpabilidade por aquilo que informa e ainda aprofunda ao observar que:

A responsabilidade estigmatiza, sem julgamento de valor, o fato de que todo ato de um indivíduo traz consequências, e, assim fazendo, inscreve-se numa cadeia de causalidade que implica outros indivíduos e outros atos. Ao mesmo tempo, o indivíduo responsável deveria obrigar-se a levar em consideração os efeitos produzidos (ou que podem sê-lo) por suas escolhas de ações e de palavras (CHARAUDEAU, 2010, p. 270).

Na América Latina, pode-se inferir que a televisão serve como ponto de partida para encontros, pautas para conversas e até base de discussão sobre os mais diferenciados assuntos. Martin-Barbero conclui que “da família como espaço das relações estreitas e da proximidade, a televisão assume e forja os dispositivos fundamentais: a simulação do contato e a retórica do direito” (1997, p. 295).

Desse modo, a televisão é vista como mais um ente “na sala de estar”, em contato com o que está sendo apresentado e servindo como mediador de diálogos.

Assim, defendo que a televisão é o veículo mais apropriado no que concerne à questão de ter maior credibilidade e servir como base de apoio no que diz respeito à educação ambiental. Martin-Barbero explica que:

Um discurso que produz seus efeitos a partir da mesma forma com que organiza as imagens: do jeito que permitir maior transparência, ou seja, em termos de simplicidade, clareza e economia narrativa. A marca da hegemonia trabalha aí, nessa forma, na construção de uma interpelação que fala às pessoas a partir dos dispositivos que dão forma a uma cotidianidade familiar (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 297).

No entanto, ao ser utilizada como complemento da educação ambiental e, assim, favorecer o processo de conscientização do cidadão como proprietário de suas decisões políticas, a televisão deve oferecer oportunidades para que tal sujeito consiga avaliar criticamente o que está sendo apresentado, buscando sempre a neutralidade em seus discursos e não apenas procurando apresentar a “verdade absoluta” dos fatos, na maioria das vezes prezando por apenas um lado das informações.

Mattelart (2003, apud OURIQUES, 2010, p. 183) ainda aprofunda essa questão ao elucidar o que é a chamada liberdade política, a qual, “não pode se resumir no direito de exercer a própria vontade. Ela reside igualmente no direito de dominar o processo de formação dessa vontade”.

Ainda, esclarecendo a importância que o jornalismo ambiental exerce ao complementar a capacidade de desenvolvimento do olhar crítico sobre o meio ambiente, John refere que:

A mídia ambiental passa a ser um termômetro importante, a ser consultado antes da tomada de decisões e até mesmo capaz de mudar o rumo de algumas delas. Gradativamente, o meio ambiente ganha importância e mesmo os jornalistas de formação política não puderam evitar o tema. Sobretudo aqueles com alguma experiência como correspondentes no Primeiro Mundo, onde é mais evidente o peso atribuído ao meio ambiente na política e na economia (JOHN, 1990, p. 92).

Na programação da Rede Globo, o programa mais diretamente voltado ao meio ambiente é o Globo Ecologia que ocupa a grade das 6 horas do sábado, que, nesse caso, não é horário nobre.

Contudo, essa possibilidade de produzir um programa inteiramente voltado ao meio ambiente, com reportagens que chegam a ter mais de 20 minutos e que é veiculado apenas uma vez por semana, contraria as barreiras de produção citadas por muitos pesquisadores que os jornalistas podem enfrentar, como, por exemplo, Hannigan, que afirma que “até um certo ponto, a cobertura de questões ambientais

da mídia é limitada e moldada pelos mesmos limites de produção que governam o trabalho da mídia em geral” (2010, p. 127) .

Acredito que os períodos limitados de produção, o tempo que as histórias têm para ser contadas e, até mesmo a questão dos recursos financeiros que tais histórias demandam, não são empecilhos para o programa estudado.

Ilza Girardi (2009) aponta as “facilidades” que as revistas especializadas possuem por tratar de apenas um tema e, aqui, parafraseamos a mesma, no sentido de que o Globo Ecologia é segmentado em apenas uma editoria: ambiental.

Pensando no modo de produção, as revistas especializadas, a priori, passam pelas mesmas fases de elaboração de qualquer produto jornalístico: construção da pauta, apuração dos fatos, hierarquização das informações, escolha de fotografias e/ou ilustrações, diagramação/editoração e revisão. As singularidades estão centradas no maior espaço de tempo que se tem para chegar ao resultado (tendo-se, por isso, mais responsabilidade quanto à exposição dos contextos, análise dos gastos e explicações mais complexas), no delineamento mais concreto do público e na definição ‘macro’ do que a revista abordará nas edições seguintes (GIRARDI, 2009, p.220).

Mauro Sousa manifesta-se sobre a importância da mídia no processo educacional, no que se refere a “dar exemplos”, quando relata que os meios de comunicação “lidam com um comum social que passa a ser buscado e circulado na concretude de práticas cotidianas, segundo tempo e espaços sociais definidos” (2006, p. 221).

Então, ao fazer uma análise sobre o papel que a mídia desempenha em relação ao Meio Ambiente, Sérgio Vilas Boas (2004), sustenta que o Meio-Ambiente deve estar em pautas relacionadas ao dia a dia da imprensa, mas hoje ocupa “espaços periféricos” e é tratado com uma “abordagem exótica”.

Também, Baumont, Girardi e Pedroso (2008), referem-se a um conceito de “visão ambiental”, no qual as matérias não podem se “limitar a factualidade ou em aspectos específicos”. As matérias devem abordar “sentidos e significados mais amplos”. E, ainda, afirmam que:

O assunto meio ambiente não deve ganhar espaço esporadicamente, nem estar presente apenas em função de acontecimentos normais ou “gerados” pelos atores sociais. Apontamos, sim, para a tarefa da mídia de colocar a reflexão ambiental como ponto fundamental da rotina jornalística (GIRARDI et al. 2006, p. 8).

Também, Liana John fala sobre o papel educacional dos jornalistas ambientais afirmando que eles “ultrapassam os limites da notícia”:

Cabe ao jornalista ambiental explicar novos conceitos, técnicas, tecnologias e descobrir que relação têm elas com a destruição ou preservação dos recursos naturais; com a integridade e funcionamento dos ecossistemas ou do meio ambiente urbano. Também cabe ao jornalista ambiental acolher e investigar denúncias e disseminá-las no meio mais adequado, provocando reações locais ou globais, conforme o caso (JOHN, 2001, p. 88).

A respeito do papel desempenhado pelo Jornalismo Ambiental, Wilson Bueno (2008), pondera que esse tipo de jornalismo possui várias funções junto à sociedade e ressalta três principais:

A “função informativa”, que supre a necessidade que o receptor tem em estar em dia com os principais assuntos referentes à questão ambiental, “considerando o impacto que determinadas posturas, processos e modelos têm sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida”.

A “função pedagógica”, que aborda as “causas e soluções para os problemas ambientais e a indicação de caminhos para a superação dos problemas ambientais”.

E, ainda, a “função política”, que trata da “mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental”. O autor cita que esses interesses podem estar associados a indústrias agroquímicas, de biotecnologia, mineração, papel, celulose, agropecuária, ou outras, e que a imprensa se unifica ao cidadão para analisar também as ações dos governantes (BUENO, 2008, p. 110).

Sendo assim, Scharf demonstra a relação da imprensa com fatos que poderiam ser mais explorados com o objetivo de mudar a visão do telespectador com temáticas da natureza.

São comuns as matérias que reduzem os problemas ambientais a ponto de transformá-los em notícia típica das seções de variedades. Dentro do jornalismo, as seções sobre variedades, que abrangem artes, espetáculos, moda, gastronomia, comportamento etc., não são consideradas relevantes, e, por isso, são desvalorizadas. Então, um exemplo clássico da pauta vazia é a notinha (ou mesmo a reportagem curta) anunciando o nascimento de algum filhote exótico no zoológico. É rara a empresa jornalística, não importando o tamanho ou o alcance do jornal ou telejornal, que não se renda a essa abordagem quase infantilizante (SCHARF, 2004, p. 52).

Desse modo, existe uma tendência em situar o telespectador como alguém que esteja dissociado de problemas ambientais. São apresentadas temáticas que estão teoricamente longe de quem está assistindo aos telejornais. Tal fato faz com que este não tenha ligação ou interesse com os fatos relacionados ao meio ambiente que acontecem em suas cidades.

Nem sempre as discussões em evidência na imprensa são as discussões de interesse do grande público. A questão do interesse das pautas das matérias se evidencia na publicidade que segue os programas, e o compromisso principal do jornalismo ambiental se perde.

Rygaard (2002) refere que os veículos de comunicação pertencem a empresas capitalistas, portanto, comerciais, e que objetivam o lucro. O principal fator que leva à existência e continuidade das mesmas são os anúncios publicitários de outras empresas; logo, dificilmente as companhias de comunicação entrarão em assuntos polêmicos que não interessem aos anunciantes, ocasionando um comprometimento muito grande em relação à qualidade e à independência da imprensa para pautar determinados assuntos.

Scharf afirma que os cidadãos também colaboram com essa realidade, quando diz: “A ideia de que a consciência ambiental é um luxo que deve dar espaço a outras discussões mais urgentes parece amparada pelo conjunto da sociedade” (2004, p. 56).

Na década passada, introduziu-se no mundo, o termo Globalização, que nos posicionou de maneira muito mais próxima ao resto do mundo e com adventos como a internet, que possibilitam uma instantaneidade, a sociedade pode ter acesso a informações rapidamente e sentir-se mais “morador” do mundo, tendo então consciência de pertencer ao todo.

Porém, esse termo agora passou por uma atualização, devendo habituar com o neologismo “Glocalização”, que carrega como lema “Pensar global e agir local”. Peter Nelson explica que “o jornalista deve ter consciência de que algumas reportagens sobre meio ambiente são muito importantes para a vida das pessoas e justificam o esforço de traduzir o jargão ambientalista.” (1991, p. 26).

A principal definição é que o habitat do ser humano não pode mais ser encarado como o “aconchego” da poltrona de casa e, sim, atentar à sociedade de que atos realizados em casa podem afetar o Planeta.

Para Costa, a construção da cidadania acontece quando o indivíduo se sente parte da sociedade e reitera que:

O atual contexto de globalização facilita a perda de pertencimento do ator social que, muitas vezes, até mesmo involuntariamente prioriza o global ao invés do local. Para a construção da cidadania, é fundamental despertar em cada indivíduo o sentido de pertencimento, participação e responsabilidade na busca de respostas locais e globais. Esse processo deve iniciar na comunidade local, para, então, expandir-se “à comunidade no Estado/Nação e, finalmente, atingir um nível global” (COSTA, 2008. p. 148).

E, ainda, Mauro Sousa alerta que a cidadania não se dá apenas atendendo os direitos que induzem à igualdade, mas também a ideia de que tratar as diferenças são princípios da democracia. Para o autor, “o pressuposto social faz a politização desse mesmo social e, ao determinar a necessidade de pertencimento, também o direciona à luta pela passagem da desigualdade à igualdade.” (2006, p. 221).

Não defendo, aqui, que o jornalismo ambiental possa ajustar todos os problemas existentes na relação da sociedade com o meio ambiente, no entanto, acredito que alguns obstáculos no enfrentamento dessas questões, podem ser frutos do tipo de jornalismo praticado no Brasil.

Também, André da Fonseca vai mais fundo ao reiterar o papel do jornalismo ambiental em relação à educação:

O papel do jornalismo ambiental não é apenas repetir o que já sabemos, mas contribuir na difusão de informações pertinentes para que a sociedade possa primeiramente conhecer os problemas para então articular as soluções. E isso já é uma grande, uma enorme tarefa (FONSECA, 2004, p. 141).

Da melhoria na qualidade do jornalismo ambiental produzido aqui, depende, também, a formação crítica da sociedade sobre o desenvolvimento de pautas que realmente situem o sujeito em relação aos seus compromissos com a qualidade de vida no planeta.

CONCLUSÃO

Acredito que uma reflexão crítica sobre o jornalismo é pertinente e indispensável.

Também, enfatizo o alcance do resultado final como uma construção, elaborada durante o processo de pesquisa de acordo com as especificidades do nosso problema, no entanto, compreendo que os resultados contribuem para o desenvolvimento da ciência ao passo que abrem cenário para novos questionamentos e possíveis investigações futuras.

Minhas pesquisas, até o momento, confirmam minhas suspeitas iniciais ao verificar que o meio ambiente não recebe uma abordagem interdisciplinar no programa Globo Ecologia.

Por pertencer, junto com mais dois programas, ao conjunto que é chamado, pela Rede Globo, de “Globo Cidadania”, gostaria de encontrar uma visão não fragmentada do meio ambiente, fato que não se confirmou ao verificar o discurso do mesmo.

A visão que predomina, de acordo com a investigação sobre as formações discursivas, é a de um meio ambiente associado com as atividades econômicas dos cidadãos e o quanto o mesmo pode render, caso seja preservado, portanto, com poucas soluções práticas que conscientizem o interlocutor em relação à interdisciplinaridade da problemática ambiental.

Avalio que a população está recebendo, em suas casas, através do programa em questão, reportagens que não articulam os temas apresentados com possíveis caminhos a seguir na mitigação dos problemas ambientais.

Percebo que estudos que utilizam o modelo de análise de discurso sob o viés que privilegia as relações sociais são de suma importância ao se tratar sobre o meio ambiente, uma vez que relaciona o caráter emancipatório da sociedade através dos meios.

Em minha opinião, tais matérias são superficiais e, nesse sentido, ao invés de contribuírem para a formação de sujeitos “ambientalmente corretos”, podem acarretar uma ausência de responsabilidade com o meio ambiente. Em outras palavras, podem confundir o receptor diante de temas importantes citados pelo

Globo Ecologia, como o uso da água, o desmatamento das florestas, nascentes, pesca, frutos, enfim.

De acordo com as funções do jornalismo ambiental, infiro que o Globo Ecologia cumpre a função informativa, no que diz respeito a transmissões de informações acerca do que ocorre em relação ao meio ambiente, porém, não cumpre, em sua totalidade, a função pedagógica, pois, ao passo que explicita as causas dos problemas ambientais, não aponta soluções práticas para participação dos cidadãos em relação à diminuição dos mesmos. E, não cumpre sua função política que é de dar respaldo informativo aos cidadãos no que tangencia à negociação dos interesses públicos e privados.

Observo que não ocorre a ampliação do debate em sua complexidade, uma vez que opta por fragmentar suas reportagens afunilando temas maiores, como, por exemplo, a questão das nascentes vistas sob o prisma da produção de queijos.

Quando noto a lógica capitalista dentro dos veículos de comunicação através de anúncios publicitários velados, acredito que o caráter social perde conteúdo, pois, uma vez que a mídia tem o poder de definir novos caminhos a seguir, em relação a hábitos enraizados no cotidiano da sociedade, esta pode apontar caminhos adequados deturpados ou, até mesmo, silenciar possíveis conflitos.

Atento, aqui, ao poder que a mídia tem em prestar o serviço de informação e um “desserviço”, à medida que não expõe as questões complexas que envolvem a temática ambiental.

Também, acredito que a sociedade, composta por estudantes, professores, família e mídia, formam uma cadeia inter-relacionada, e uma vez que os alunos vão para a sala de aula e temas como estes são superficialmente abordados, ao chegarem em casa, os assuntos ambientais não são debatidos. Assistem ao jornal e recebem informações desconexas, cria-se um ciclo de não-informação e ausência de discussão.

Portanto, estou convicta de que o tema ambiental é, ou deveria ser, obrigatório em escolas, universidade, na família e na mídia, de maneira a buscar a mitigação da crise que se está vivendo em relação ao meio ambiente, pois, é a partir de um discurso emancipatório que a sociedade se desenvolve com consciência crítica, através de suas relações sociais, conhecimentos, crenças, hábitos e cultura, com capacidade de questionar o que lhe é transmitido.

Acredito que apenas assim, termos tão utilizados, como a sustentabilidade possam ser verdadeiramente considerados uma realidade.

REFERÊNCIAS

BAUMANT, C. de.; GIRARDI, I. M. T.; PEDROSO, R. N. Jornalismo e cidadania ecológica: análise da temática do aquecimento global no Caderno Ambiente do Jornal Zero Hora. In: (orgs) GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R. T.; **Jornalismo Ambiental – Desafios e reflexões**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

BUENO, W. C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: (orgs) GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R. T.; **Jornalismo Ambiental – Desafios e reflexões**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 23 out. 2014.

CHARADEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Conceito de Ecoeficiência**. In: <<http://www.cebds.org.br/cebds/eco-rbe-ecoeficiencia.asp>>. Acesso em: 26 novembro de 2014.

COSTA, B. B. A questão ambiental e a ética conservacionista na Folha de São Paulo: uma análise das edições dominicais do maior jornal do país. In: (orgs) GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R. T.; **Jornalismo Ambiental – Desafios e reflexões**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. B. **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Editora Cromosete Gráfica, 1993.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

ESCOSTEGUY, A. C. Os Estudos Culturais. In: (orgs) FRANÇA, V. V.; HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; **Teorias da Comunicação – Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FONSECA, A. A. A magnitude do problema em uma experiência concreta. In: (org) VILAS BOAS, S. **Formação & Informação Ambiental** – jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Editora Summus, 2004.

GERAQUE, E. Perceber a biodiversidade: Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) eles perdidos. In: (org) VILAS BOAS, S. **Formação & Informação Ambiental** – jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Editora Summus, 2004.

GIDDENS, A. **A política da Mudança Climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIRARDI, I.; LOOSE, E. A percepção ambiental no discurso jornalístico da revista Sustenta!. **Culturas Midiáticas**. Ano II, n. 02, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgc/>>. Acesso em: 23 out. 2014.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

JOHN, L. In: **Ciência & Ambiente** – Divulgação Científica. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2001.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

NELSON, P. **Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. EUA: The Center for Foreign Journalists, 1994.

NOGUEIRA, W.; FERNANDES, R.; CÓ, F.; FARIAS, J. A utilização de mídia interativa como ferramenta para o desenvolvimento do “pensamento sustentável” na construção civil. In: TRIGUEIRO, A. (org) **Meio Ambiente no Século 21** – 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

ORLANDI, E. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2012.

OURIQUES, E. O conceito envolvimento e o caráter político das práticas linguísticas. In: (orgs) RESENDE, V. PEREIRA, F. **Práticas Socioculturais e Discurso: Debates Transdisciplinares**. Covilhã: Labcom, 2010.

PNUMA. **Rumo a uma economia verde: Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza**. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PRIMAVESI, O. Dilemas da agricultura: A produção de alimentos colide com o ambiente porque sofre de avareza. In: (org) VILAS BOAS, S. **Formação & Informação Ambiental** – jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Editora Summus, 2004.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas**. In: *Linguagem em Discurso*, 2004. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307>. Acesso em: 05 mar. 2015.

RESENDE, V.; PEREIRA, F. (orgs) **Práticas Socioculturais e Discurso: Debates Transdisciplinares**. Covilhã: Labcom, 2010.

SACHS, I. **Amazônia – laboratório das biocivilizações do futuro**. Informação para o Novo Século, 2008. Disponível em: <<http://www.pagina22.com.br/index.php/2008/08/o-laboratorio-das-biocivilizacoes-do-futuro/>>. Acesso em: 05 mar 2015.

SETTON, M. da G. **Mídia e Educação**. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVEIRA, A. C. M. da. Representações midiáticas, memória e identidade. In: VII Colóquio Brasil-França. **Anais...** XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM. Porto Alegre: PUCRS-INTERCOM, 2004.

SOARES, M. C. Representações e comunicação: uma relação em crise. In: **LÍBERO**, Ano X, nº20, Dez 2007.

SCHARF, R. **Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo?**. In: (org) VILAS BOAS, S. **Formação & Informação Ambiental** – jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Editora Summus, 2004.

SOUSA, M. W. de. A temática do sentimento de pertencimento. In: SOUSA, M. W. de. (org) **Recepção Mediática e Espaço Público** – Novos Olhares. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.

TRIGUEIRO, A. (org) **Meio Ambiente no Século 21** – 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

VILAS BOAS, S. (org) **Formação & Informação Ambiental:** - jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Editora Summus, 2004.

WOLTON, D. **Elogio do grande público:** uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.